

JAILTON RODRIGUES MOREIRA

**INFORMALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS):
CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS OCUPAÇÕES AUTÔNOMA E
ASSALARIADA SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA – 1997 A 2005.**

SALVADOR
2006

JAILTON RODRIGUES MOREIRA

**INFORMALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS):
CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS OCUPAÇÕES AUTÔNOMA E
ASSALARIADA SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA – 1997 A 2005.**

Versão definitiva da Monografia apresentada
no Curso de Graduação de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção do Grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes

SALVADOR
2006

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

Moreira, Jailton Rodrigues

M835 Informalidade na Região Metropolitana de Salvador (RMS):
Caracterização e comparação das ocupações autônomas e assalariada
sem carteira de trabalho assinada – 1997 – 2005 / Moreira, Jailton
Rodrigues. - Salvador: J. R. Moreira, 2006.

63 p. tab. il.

Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de
Ciências Econômicas da UFBA, 2006.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes

1.Informalidade. 2.Mercado Informal. 3. Trabalho Assalariado –
Mercado Informal.4. Trabalhador Autônomo.

CDD – 331.11

Jailton Rodrigues Moreira

Informalidade na Região Metropolitana de Salvador (RMS):
caracterização e comparação das ocupações autônoma e assalariada sem
carteira de trabalho assinada – 1997 a 2005

Aprovada em julho de 2006.

Orientador: _____

Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes
Faculdade de Economia da UFBA

Antonio Plínio Pires de Moura
Prof. Me. da Faculdade de Economia
da UFBA

Osmar Gonçalves Sepúlveda
Prof. Dr. da Faculdade de Economia da
UFBA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ilson e Clarice, e a César, meu irmão, por todo apoio que me deram durante esses anos de estudo.

Ao Prof. Luiz Filgueiras, pelas correções e sugestões tão importantes, que possibilitaram a elaboração inicial do presente Trabalho.

Ao Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes, por se dispor em me atender já na fase final deste Trabalho, fazendo observações e retificações sem as quais não seria possível terminar esta Monografia.

Aos Professores Antonio Plínio P. de Moura e Osmar G. Sepúlveda, por se disporem a participar da Banca Examinadora.

Ao Prof. Lielson Coelho, por todo incentivo que me foi dado.

A Leormínio e aos outros membros da equipe da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), pela elaboração dos dados aqui utilizados.

Agradeço, também, a cada colega que, de alguma forma, tenha me ajudado durante meus anos de estudo na Faculdade.

RESUMO

Este Trabalho tem como objetivo caracterizar as ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada em empresas privadas da Região Metropolitana de Salvador (RMS), bem como estudar as flutuações destas ocupações face às oscilações da atividade econômica na RMS no período 1997-2005. Introduziu-se a discussão com base no referencial teórico da informalidade. A análise dos segmentos “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada”, categorias ocupacionais da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), permite apontar, entre os principais resultados, que estas ocupações possuem, em média, um rendimento real que não ultrapassa, quando muito, 50% do observado nos segmentos “assalariado privado com carteira assinada” e “assalariado do setor público”. Pôde-se apontar, também, a influência da atividade econômica da RMS, identificada pelo movimento da taxa de desemprego, sobre as flutuações das ocupações em estudo, sendo que os segmentos “autônomo para a empresa” e “assalariado privado sem carteira assinada” mostraram-se menos sensíveis às oscilações da taxa de desemprego que o segmento “autônomo para o público”.

Palavras-chave: Informalidade; Autônomos e Assalariados sem Carteira Assinada; Caracterização e Flutuações.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Variações da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Autônomo	52
Gráfico 2: Tendência da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Autônomo	53
Gráfico 3: Variações da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Assalariado Privado sem Carteira Assinada	55
Gráfico 4: Tendência da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Assalariado Privado sem Carteira Assinada	56
Mapa 1: Mapa da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos ocupados segundo a Posição na Ocupação e Setores “Informal” e “Formal” da economia na RMS – 1997/2005	41
Tabela 2: Distribuição dos ocupados do “Setor Informal” na RMS – 1997/2005	42
Tabela 3: Média de rendimentos reais dos segmentos Autônomo, Assalariado do Setor Privado Sem Carteira Assinada, Assalariado do Setor Privado Com Carteira Assinada e Assalariado do Setor Público na RMS – 1997/2005	43
Tabela 4: Horas semanais trabalhadas em média pelos ocupados nos segmentos Autônomo, Assalariado do Setor Privado Sem Carteira Assinada, Assalariado do Setor Privado Com Carteira Assinada e Assalariado do Setor Público da RMS – 1997/2005	44
Tabela 5: Distribuição dos Trabalhadores Autônomos e Assalariados do Setor Privado Sem Carteira Assinada segundo Atributos Pessoais na RMS – 1997/2005	45
Tabela 6: Distribuição dos Trabalhadores Autônomos e Média de Rendimentos segundo Setor de Atividade Econômica na RMS – 1997/2005	48
Tabela 7: Distribuições dos segmentos Autônomo e Assalariado do Setor Privado Sem Carteira Assinada comparadas com variações na Taxa de Desemprego na RMS – 1997-2005	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	OS PRINCIPAIS CONCEITOS DE INFORMALIDADE	11
2.1	O SETOR INFORMAL	11
2.2	A ECONOMIA SUBMERSA	14
2.3	A INFORMALIDADE COMO UM PROCESSO	16
3	A INFORMALIDADE COMO UM PROCESSO SUBORDINADO À DINÂMICA CAPITALISTA RECENTE	21
3.1	TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO CAPITALISMO: NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E “GLOBALIZAÇÃO”	21
3.1.1	A visão neoliberal	22
3.1.2	A reestruturação produtiva	25
3.1.3	O processo de “globalização”	26
3.1.4	Reflexos sobre o nível de emprego e o mercado de trabalho urbano	30
3.2	OSCILAÇÕES DAS OCUPAÇÕES AUTÔNOMA E ASSALARIADA SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	32
4.	CARACTERIZAÇÃO E FLUTUAÇÕES DAS OCUPAÇÕES AUTÔNOMA E ASSALARIADA SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA DA RMS	40
4.1	CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS “AUTÔNOMO” E “ASSALARIADO PRIVADO SEM CARTEIRA ASSINADA”	40
4.2	FLUTUAÇÕES DOS SEGMENTOS “AUTÔNOMO” E “ASSALARIADO PRIVADO SEM CARTEIRA ASSINADA” FRENTE AO MOVIMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Uma das discussões mais atuais da Economia do Trabalho está centrada no estudo da informalidade, tanto do ponto de vista das relações de trabalho que não se enquadram nas leis trabalhistas, quanto das formas de participação dos trabalhadores na estrutura produtiva que se caracterizam pela inserção por conta-própria.

Considerada como um fenômeno econômico que atravessa as fronteiras nacionais, o espaço da informalidade já é de dimensões consideráveis no Brasil, o que se verifica também na Região Metropolitana de Salvador (RMS). De fato, é notável que a inserção em ocupações informais tem sido um importante recurso frente à situação de desemprego, principalmente no caso dos trabalhadores cujas qualificações já não se adequam às exigências de uma economia cada vez mais tecnológica e concorrente.

Admite-se, por outro lado, que o mercado de trabalho urbano do Brasil não se tornou homogêneo quando da industrialização brasileira, dada à insuficiente formalização das relações de trabalho, bem como a presença, já nos anos de 1970, de formas de trabalho e relações informais. A continuação deste processo de informalidade, até por apresentar novas características, como a crescente participação de trabalhadores mais qualificados, vem embasar o argumento da precarização do mercado de trabalho urbano do Brasil, em razão da mais baixa qualidade das formas de ocupação e relações informais em comparação com as relações formais de trabalho.

Seriam exemplos dessa precarização do mercado de trabalho, o crescimento de determinadas ocupações autônomas, notadamente parte daquelas onde o trabalhador insere-se por conta-própria na estrutura produtiva, mas também o crescimento, nas empresas privadas, de ocupações onde o trabalhador não tem a carteira de trabalho assinada. Estas formas de ocupação são classicamente incluídas no âmbito da ocupação informal e, juntamente com outras, já caracterizavam, em parte, a estrutura da ocupação urbana do Brasil na época da industrialização.

Entretanto, embora integrem estruturalmente a ocupação urbana do Brasil, de modo que deverão persistir ao lado das ocupações formais de trabalho, a dimensão ocupacional destas formas de

trabalho parece fluir de acordo com as oscilações da atividade econômica, onde as variações da renda, do desemprego e a falta de perspectivas em conseguir um emprego formal, bem como a busca pela redução de custos trabalhistas por parte das empresas, no caso do assalariamento sem carteira assinada, são fatores importantes.

O presente Trabalho visa caracterizar as ocupações autônoma e assalariada sem carteira de trabalho assinada da Região Metropolitana de Salvador, por sexo, faixa etária, grau de instrução, média de rendimentos etc., observando também as flutuações destas ocupações face às oscilações da atividade econômica na referida metrópole, representadas pelo movimento da taxa de desemprego. Far-se-á, desta forma, uma análise dos dados sobre as distribuições dos segmentos “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada”, de modo a não só poder-se caracterizar tais ocupações, mas também no sentido de permitir, juntamente com o referencial teórico abordado, entender como se processam as flutuações das mesmas na RMS.

Para a consecução dos objetivos propostos acima, este Trabalho, além desta Introdução e das Considerações Finais, está organizado em mais três capítulos: o capítulo 2, que é destinado a introduzir a discussão sobre as ocupações em estudo no âmbito da informalidade, delineando, para isto, os principais conceitos de informalidade até hoje utilizados; o capítulo 3, subdividido em duas partes, cuja primeira dedica-se à discussão da informalidade em sintonia com os elementos que caracterizam a dinâmica capitalista atual — o Neoliberalismo, a Reestruturação Produtiva e o processo de “Globalização” — e a segunda parte, que introduz, especificamente, o embasamento teórico relacionado ao estudo das flutuações das ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada face às oscilações da atividade econômica; por último, o 4º capítulo, que tratará, primeiro, da exposição de algumas características dos segmentos “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada”, segundo sexo, faixa etária, grau de instrução etc. e, por fim, da avaliação dos dados sobre os movimentos dos segmentos em estudo ao longo do período 1997-2005, em comparação com os movimentos da taxa de desemprego.

2 OS PRINCIPAIS CONCEITOS DE INFORMALIDADE

Os estudos sobre o tema da informalidade levaram ao surgimento de diferentes conceitos sobre as formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, bem como em relação à organização das atividades econômicas. Comum aos mesmos conceitos, ou pelo menos se torna latente, é a idéia de crescente precariedade das condições de inserção dos trabalhadores nas economias capitalistas, independente de serem estas as mais desenvolvidas ou estarem em processo de desenvolvimento.

Por outro lado, tais diferenças no grau de desenvolvimento das economias capitalistas marcaram, inicialmente, diferentes conceitos em relação à delimitação das atividades informais, os quais permanecem ainda hoje relevantes para o estudo da informalidade e são extremamente importantes para a presente pesquisa, porque englobam as duas formas de ocupação que são objetos de estudo: a autônoma e a assalariada sem carteira de trabalho assinada.

Nesse sentido, faz-se necessário demonstrar como se originaram tais conceitos, os quais determinam diferentes delimitações e, ao mesmo tempo, demarcam diferentes objetos de estudo no interior da ocupação informal. Será apresentado, primeiramente, o conceito de **setor informal**, depois, o de **economia submersa**. Como último conceito, uma visão mais atual, onde a restrição das formas informais de ocupação à idéia de “setor”, embora não deixe de ser utilizada, fica em segundo plano face à consideração da informalidade como um **processo** que ocorre nos mercados de trabalho das diversas economias capitalistas.

2.1 O SETOR INFORMAL

O relatório intitulado **Employment, Income and Equality: a strategy for increasing productive employment** sobre a economia do Quênia, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1972 como parte do Programa Mundial de Emprego (o qual tinha como objetivo avaliar indicadores de emprego e renda de economias em desenvolvimento), marcou historicamente os primeiros estudos sobre a informalidade. Tal relatório adotou um novo esquema de análise, que consistiu na introdução da dicotomia setor formal/informal.

A adoção da categoria **setor informal** justificou-se porque, em decorrência do processo de industrialização, a economia urbana do Quênia passara a contar com inúmeras atividades que tinham características peculiares, embora fossem frutos da modernização econômica: não eram organizadas com base no trabalho assalariado e seus rendimentos situavam-se próximos aos das atividades tradicionais (OIT **apud**. CACCIAMALI, 1991, p. 123). Ao mesmo tempo, foram estabelecidos critérios para delimitar tais atividades, de modo que as mesmas teriam as seguintes características:

- Há facilidade de entrada;
- O aporte de recursos é de origem doméstica;
- A propriedade do empreendimento é de origem individual ou familiar;
- Opera em pequena escala;
- Os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada;
- A mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal;
- Atua em mercados competitivos e não regulados;

Delimitava-se, assim, o setor informal, em oposição ao setor formal da economia. No entanto, já à época, conforme a dicotomia setor formal/informal ia sendo utilizada, surgiram muitas dúvidas em relação ao seu poder de análise, pois, embora tivesse substituído a dicotomia moderno/tradicional, mantinha uma análise estática, freqüentemente associada a esta última. Como conseqüência, em muitos estudos, os dois setores eram vistos como independentes entre si, não guardando maiores inter-relações.

Essa primeira tentativa de delimitação das atividades informais foi alvo de críticas. A principal, dentre as sumariadas por Cacciamali (1991, p. 124), deteve-se no argumento de que a divisão da economia em dois setores era muito simplista para explicar a dinâmica das estruturas de produção e emprego, principalmente em economias em processo de desenvolvimento. Na realidade, nem tanto isso, de modo que a superação deste problema veio com a percepção de que as relações entre os setores formal e informal deviam ser postas a partir de uma interpretação dinâmica, de acordo com o processo de desenvolvimento econômico. A crítica, então, relacionava-se muito mais com a falta de inter-relações, causada pela divisão rígida da economia em dois setores. Por

outro lado, o final dos anos 70 marcou a reelaboração da categoria setor informal. Ao invés de considerar as características citadas anteriormente, a caracterização das atividades informais passou a ter por base as relações dos trabalhadores com os meios e instrumentos de produção. Nesta nova concepção, o setor informal passou a ser definido como “[...] o conjunto das atividades econômicas em que o produtor direto, de posse dos instrumentos de trabalho e com a ajuda de mão-de-obra familiar ou de alguns ajudantes, produz bens ou serviços” (CACCIAMALI, 1991, p.125).

Ainda como consequência dessa reformulação, entende-se que a racionalidade econômica típica do setor informal, particularmente no que se refere ao trabalhador por conta-própria e ao pequeno produtor, é bem diferente da observada para as firmas capitalistas, pois os trabalhadores que exercem atividades informais têm como objetivo maximizar o fluxo de renda total decorrente da atividade econômica (ao invés de uma taxa de retorno competitiva), a fim de permitir a reprodução da família e a manutenção da própria atividade (CACCIAMALI, 1991, p. 127).

Partindo-se da definição de setor informal dada acima, pode-se dizer que no mesmo são agrupadas todas as atividades econômicas onde **não** existe uma clara separação entre capital e trabalho, “capital” entendido aqui como uma **relação social**, e não simplesmente como designativo dos instrumentos de trabalho, ou como descrito por Cunha (1979, p. 33):

O capital é fundamentalmente uma **relação social** que dá identidade ao processo de produção, ou seja, a subordinação do trabalho ao objetivo da valorização: a geração de um excedente de valor e, presumivelmente, lucros. Qualquer conjunto de instrumentos de produção não é **capital** a menos que seja de posse de não-trabalhadores e utilizado para a produção de valor excedente.

Ou seja, como a atividade econômica dita capitalista exige, como uma das condições fundamentais, que os instrumentos de trabalho estejam nas mãos de “não-trabalhadores”, qualquer atividade econômica que se organize de forma contrária (com a posse dos instrumentos de trabalho estando nas mãos de trabalhadores) ou se distancie da atividade capitalista poderá ser considerada como integrante do setor informal da economia. Podem-se listar, então, como ocupações que fazem parte do setor informal, as seguintes: o trabalho autônomo, que pode ser realizado sozinho ou com sócio(s); o serviço doméstico, já que é um serviço pago com renda e

não com capital; o dono de cujo negócio é familiar e qualquer trabalhador que seja um ajudante não assalariado.

Cabe considerar aqui, por outro lado, o caso do trabalho autônomo em atividades que reconhecidamente exigem elevada qualificação, as quais exigem normalmente muitos anos de estudo no sistema escolar formal. Estas atividades podem ser associadas às dos profissionais de nível superior, como analistas, dentistas, serviços de consultoria etc. Embora, em muitos casos, não possa haver separação entre capital e trabalho quando da prestação destes serviços, são atividades que claramente se diferenciam das demais atividades autônomas, seja pelas condições específicas de inserção e/ou pelas melhores condições de organização das atividades. Assim, não são, classicamente, incluídas no setor informal da economia, de modo que o trabalho autônomo que se relaciona ao setor informal é representado por atividades que são exercidas por conta-própria, decorrentes, em parte, de dificuldades de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho.

O conceito de **setor informal**, assim, agrupa um conjunto de atividades econômicas caracterizadas, sobretudo, por não haver separação entre capital e trabalho, pela racionalidade econômica ser voltada à maximização da renda decorrente da atividade, bem como pelo fato da inserção nestas atividades representar, muitas das vezes, dificuldades de ingresso e/ou reingresso no mercado de trabalho, como no caso de determinadas atividades autônomas. Por outro lado, sob este conceito não se faz qualquer alusão ao fato de tais atividades estarem ou não registradas de acordo com a regulamentação do Estado, de modo que tal conceito baseia-se apenas na forma de organização das atividades econômicas: tipicamente capitalistas ou não tipicamente capitalistas.

2.2 A ECONOMIA SUBMERSA

Nesse conceito, a informalidade é estudada sob o ponto de vista da **ilegalidade** das atividades econômicas, embora tal ilegalidade expresse-se também nas formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Em outras palavras, a informalidade adquire uma conotação que independe da forma de organização das atividades econômicas, embora não deixe de captar aspectos econômicos importantes do mercado de trabalho.

Como posto em Cacciamali (1991, p.130), a segunda metade dos anos 70, nas economias mais industrializadas, marca um período onde um maior número de empresas, de assalariados e trabalhadores por conta-própria passa a atuar à margem da regulamentação do Estado, ou seja, várias atividades econômicas e formas de trabalho passam a não ser mais registradas junto aos órgãos do Estado, seja do ponto de vista fiscal, trabalhista ou de qualquer outro tipo. Especificamente em relação ao trabalhador assalariado, e do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo, a continuação desse processo hoje em dia é ainda mais problemática, na medida em que o sistema capitalista ainda não produziu uma forma mais eficiente de promover a distribuição da riqueza socialmente gerada que o trabalho assalariado dentro de uma relação socialmente protegida (BORGES, 1993, p. 85).

Com o tempo, essa transição, bem como a conseqüente permanência de atividades econômicas e formas de trabalho por fora da regulamentação, passaria, então, a constar na literatura especializada com o nome de **economia submersa**, também chamada de **subterrânea** ou **invisível**, e em oposição à **economia registrada**, conformando um novo conceito e recorte da informalidade, só que agora com base no contexto sócio-econômico das economias mais industrializadas.

Assim, diferentemente do conceito de setor informal, na economia submersa prevalece um corte operacional do ponto de vista jurídico — o da ilegalidade —, de modo que a forma de organização das atividades econômicas não constitui o fator mais relevante. De fato, tanto as grandes empresas capitalistas como as pequenas podem fazer parte da economia submersa, bem como seus funcionários, desde que, evidentemente, estejam trabalhando em desacordo com a legislação tributária e/ou trabalhista. Por outro lado, no que se refere à delimitação das atividades econômicas e/ou formas de inserção no mercado de trabalho, o conceito de economia submersa possui pontos em comum com o de setor informal, já que a realidade é complexa de tal forma que impossibilita uma separação rígida da economia em dois setores, embora as diferenças entre tais conceitos sejam ainda mais relevantes.

O trabalhador autônomo, por exemplo, já que tem a posse dos instrumentos necessários a sua atividade, faz parte do setor informal da economia. Mas também poderá fazer parte da economia

submersa, desde que não esteja registrado junto aos órgãos do Estado. Já o trabalhador assalariado que não tem a carteira de trabalho assinada e que por estar nesta situação, como ressaltado por Cacciamali (1999, p. 2069), não dispõe de nenhuma garantia de renda no caso de acidentes decorrentes do exercício da sua atividade, bem como, salvo acordo com o empregador, também não recebe as compensações de renda em razão de dispensa involuntária (aviso prévio, proporcional de férias, FGTS etc.), por definição, não é incluído no setor informal da economia. Entretanto, caracteriza-se como um tipo de inserção informal se utilizamos o conceito de economia submersa, de modo que tal conceito é capaz de apreender as conseqüências econômicas deste tipo de inserção no mercado de trabalho.

Pode-se dizer, dessa forma, que o conceito de economia submersa complementa o de setor informal, de modo que é até possível utilizá-los conjuntamente no estudo da informalidade¹. Por outro lado, como será visto adiante, pode-se também conceber o trabalho autônomo (incluído no setor informal) e o assalariamento sem carteira assinada (característico da economia submersa) como formas de ocupação pertencentes a um mesmo processo — o processo de informalidade —, que vem tomando conta dos mercados de trabalho das diversas economias capitalistas.

2.3 A INFORMALIDADE COMO UM PROCESSO

Embora não se descarte os conceitos de **setor informal** e de **economia submersa**, os estudos mais atuais sobre a informalidade têm levado a uma concepção mais coerente dessas transformações na organização das atividades econômicas e nas formas de inserção dos trabalhadores, concepção esta que toma a informalidade como um **processo** pelo qual vêm passando os mercados de trabalho das diversas economias capitalistas.

Uma das principais mudanças que decorrem do “processo de informalidade” está associada à reorganização do trabalho assalariado, primordialmente à “[...] reformatação das relações de trabalho nas formas de organização da produção e do mercado de trabalho formal da economia [...]”, sendo que tais mudanças são apreendidas, principalmente, por formas de trabalho

¹ Uma possível junção dos conceitos de setor informal e economia submersa pode ser encontrada no trabalho de Filgueiras; Druck e Amaral (2004), intitulado “O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica”.

assalariado não registrado (CACCIAMALI, 1999, p. 2066). Outro fenômeno típico do processo de informalidade é o auto-emprego, bem como outras estratégias de sobrevivência empreendidas em razão de dificuldades de reinserção e/ou inserção no mercado de trabalho, tendo como principais categorias de apreensão o trabalhador por conta-própria e a microempresa (CACCIAMALI, 1999, p. 2067).

Também em Menezes (2001, p. 11), conforme observado pelo mesmo quando estuda a conceituação das relações formais e informais de trabalho, pode-se perceber tal concepção da informalidade como um processo. Assim, ele escreve:

Na medida em que as atividades informais foram sendo vistas como compondo uma complexa gama de possibilidades ocupacionais completamente díspares, a idéia de setor foi deixando de representar essa plêiade ocupacional, a qual passou a caracterizar muito mais um processo de informalidade que um setor informal. O processo de informalidade é então engendrado por um contínuo de ocupações e atividades, as quais se interpenetram em um espaço eminentemente capitalista.

Dessa forma, dado que a realidade referente às formas de inserção e atividades econômicas é muito complexa, de modo que as atividades informais são entre si muito heterogêneas, seria mais adequado falar-se em um processo de informalidade que tentar circunscrever as atividades informais a determinados setores. No entanto, embora seja não só conveniente, mas também correto entender a informalidade como um processo, isto não implica que o conceito de setor informal, por exemplo, não possa ser utilizado; pelo contrário, ainda assim, é um conceito útil enquanto forma de agrupar e mensurar determinadas atividades informais. O próprio Menezes (2001, p. 19), logo em seguida, o toma em consideração quando se refere à classificação e mensuração do processo de informalidade:

[...] pode-se considerar como pertencendo, em um sentido amplo, ao universo do **setor informal** o conjunto dos trabalhadores autônomos, os donos de negócios familiares, os trabalhadores familiares sem remuneração, bem como todas as formas de trabalho doméstico e os trabalhadores assalariados à margem da legislação, a exemplo dos sem carteira do Brasil². (**grifo nosso**)

² Observa-se que, neste caso, e de um ponto de vista mais amplo, a descrição da informalidade como um processo permite até que se inclua o assalariamento sem registro, característico da economia submersa, como parte do universo do setor informal.

Cacciamali (1999, p. 2067), também, deixa passar a relevância do conceito de setor informal, por exemplo, quando descreve a forma pela qual o fenômeno do auto-emprego (típico do processo de informalidade) deve ser analisado:

Esse segundo fenômeno (o auto-emprego) deve ser analisado a partir do espaço econômico passível de ser explorado por esses trabalhos, ou seja, pelo espaço econômico não ocupado por empresas capitalistas e pelas características [...] que definem a categoria analítica denominada de **setor informal**. (**grifo nosso**)

Na verdade, a autora vai mais além no que se refere ao entendimento da informalidade como um processo. Em um trabalho mais atual, toma para si tal conceito como uma categoria analítica:

Esta **categoria analítica** foi construída com o objetivo de permitir a apreensão, [...], das mudanças decorrentes das modificações do regime de acumulação nos diferentes níveis mundial, regional e nacional etc. e as respostas institucionais, bem como aquelas fornecidas pelos atores sociais a esse quadro de mudanças (**Idem**, 2001, p. 6). (**grifo nosso**)

Tal categoria analítica pode ser aplicada tanto especificamente ao mercado de trabalho quanto de forma ampla à estrutura produtiva, revelando as transformações provocadas pela dinâmica capitalista na totalidade das ocupações, tendo em seu seio, ao mesmo tempo, a suposição de que os setores formal e informal da economia expressam-se como um **continuum** de relações existentes e não de forma dicotômica. Neste sentido, o conceito de processo de informalidade pode tanto se referir ao setor formal quanto ao setor informal da economia, ou como descrito por ela:

[...] quando o termo processo de informalidade é aplicado [...] ao primeiro setor — **formal** —, trato das mudanças nas regras de contratação do trabalho assalariado nas empresas que apresentam relações capital-trabalho definidas e muitas vezes organizadas por meio de sindicatos; enquanto quando me reporto ao segundo setor — **informal** — considero os espaços econômicos, dimensão e natureza das atividades associadas aos pequenos produtores, que organizam seu processo de produção com base no próprio trabalho, de seus familiares ou ajudantes (**Ibid.**, p. 16).

A aplicação do conceito de processo de informalidade, então, permite ainda que se utilize o conceito de setor informal, fazendo-se referência a este quando se trata de analisar as atividades associadas aos pequenos produtores, atividades estas que incluem o segmento autônomo. O conceito de economia submersa, entretanto, sob a utilização do conceito de processo de

informalidade, torna-se não tão necessário, já que a análise do assalariamento sem carteira assinada, por exemplo, parece estar centrada muito mais na própria análise do mercado formal de trabalho.

Cacciamali (2001, p. 14), então, define o conceito de processo de informalidade, deixando evidente a importância do papel exercido nesse processo pelo Estado nacional, nas diversas economias:

[...] defino o processo de informalidade, na dimensão do trabalho, como a expressão da redefinição das relações de produção, dos processos de trabalho e das formas de inserção dos indivíduos, decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais.

Tais processos de ajustamento estão sendo marcados, na realidade, principalmente pelos resultados das respectivas inserções internacionais, bem como pelas políticas macro e microeconômicas implementadas pelas diversas economias nacionais, compreendendo-se neste âmbito as respectivas políticas sociais (CACCIAMALI, 2001, p. 7).

Ao mesmo tempo, ressalta-se aqui a amplitude desse processo de informalidade, que é capaz de apreender tanto inserções que dizem respeito a determinadas formas de organização da produção, como, por exemplo, o trabalho por conta-própria e a microempresa, assim como relações de trabalho sem contrato registrado, relações expressas sob diferentes modalidades de contrato (em tempo parcial, temporário) etc. (CACCIAMALI, 2001, p. 16).

Posto isso, embora se entenda atualmente que a informalidade dá-se como um processo que redefine as formas de inserção do trabalhador no âmbito da produção das economias capitalistas, pode-se dizer que sua aplicabilidade, ainda assim, não dispensa o conceito de setor informal, por exemplo, enquanto forma de mensuração e análise de determinadas atividades informais. Não à toa, é nítido que estudos recentes sobre a informalidade, como os utilizados até aqui, ainda se valem deste último conceito.

Entretanto, é justamente a percepção da informalidade como um processo que permite entender as diversas mudanças estruturais que vêm ocorrendo nos mercados de trabalho das diversas economias capitalistas, sendo que tal conceito é, ao mesmo tempo, capaz de apreender tanto as atividades do **setor informal** quanto as da **economia submersa**. Por outro lado, além de ser um conceito amplo, é importante também por agrupar as formas de ocupação que estão aqui em foco, de modo que cabe direcionar a pesquisa nos termos do conceito de processo de informalidade, voltando ao conceito de setor informal e/ou de economia submersa apenas se necessário.

3 A INFORMALIDADE COMO UM PROCESSO SUBORDINADO À DINÂMICA CAPITALISTA RECENTE

Cabe expor, nesta parte do Trabalho, o contexto socioeconômico que permeia a inserção em ocupações autônomas e de assalariamento sem carteira assinada. Como são formas de ocupação que decorrem do processo de informalidade, adquirem importância fundamental, para tal contextualização, as recentes transformações que caracterizam o capitalismo: o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e o processo de “globalização”. É necessária também a exposição de alguns dados que darão suporte à verificação dos efeitos da dinâmica capitalista recente sobre o processo de informalidade, com base em algumas informações que se dispõe sobre o mercado de trabalho urbano do Brasil e da RMS³ nos anos de 1990.

Convém, também, sugerir como se dá a dinâmica da informalidade em geral e, em particular, a das formas de ocupação em estudo. As flutuações das ocupações autônoma e assalariada sem carteira de trabalho assinada, guardam, normalmente, relações com a situação de desemprego, já que esta, muitas vezes, antecede a entrada na informalidade. Assim, embora se faça presente um processo de informalidade, cujo perfil de ocupação está sendo caracterizado pela maior participação de trabalhadores mais qualificados e que a reforça como um movimento estrutural, a própria dinâmica capitalista pode provocar, por meio das oscilações da atividade econômica, o deslocamento de trabalhadores para ocupações informais.

3.1 TRANSFORMAÇÕES RECENTES DO CAPITALISMO: NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E “GLOBALIZAÇÃO”

Conforme escrito por Cacciamali (2001, p. 10), o processo de informalidade deve ser analisado a partir da dinâmica econômica capitalista internacional. Neste sentido, as recentes transformações do capitalismo constituem o suporte do processo de informalidade. Tais transformações, onde têm importância fundamental a adoção de políticas neoliberais por parte dos Estados nacionais, o processo de reestruturação produtiva e o processo de “globalização”, configuram em muito a fase atual do capitalismo e surgem como resposta ao ambiente de crise decorrente sobretudo do

³ Cabe colocar que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) é composta pelos seguintes municípios: Camaçari, Candeias, Dias D’ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

envelhecimento do paradigma tecnológico da 2ª Revolução Industrial (baseado no desenvolvimento da eletricidade, do motor à combustão interna, da metalurgia e da siderurgia).

É necessário, evidentemente, situar tal dinâmica de acordo com a respectiva forma de ajustamento estrutural da economia em questão e sua evolução ao longo do tempo, no presente caso, a economia brasileira do final do século XX e início do século XXI, bem como a da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Na prática, a subordinação do processo de informalidade à dinâmica econômica capitalista recente tem se relevado, por um lado, pela nova configuração que tem adquirido o mercado de trabalho, por meio das mudanças nas formas de inserção laboral, nas relações de trabalho assalariado, nos contratos individuais etc. Por outro lado, também se revela do ponto de vista da estrutura produtiva. Neste caso, tem-se que a dinâmica das empresas tipicamente capitalistas tem reformatado todo o espaço econômico, atingindo também o espaço passível de ser explorado pelo setor informal (CACCIAMALI, 2001, p. 15).

Assim, a seguir, são apresentados os principais aspectos do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e do processo de globalização, identificados aqui como caracterizadores da dinâmica capitalista recente no que se refere às influências desta sobre o nível de emprego, o mercado de trabalho e demais formas de ocupação.

3.1.1 A visão neoliberal

O neoliberalismo nasceu como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar social logo depois da 2ª Guerra Mundial nas regiões da Europa e da América do Norte. Seu texto de origem, **O Caminho da Servidão**, de Friedrich Hayek, escrito em 1944, tinha como objetivo preservar os mecanismos de equilíbrio do mercado da intervenção do Estado, entendida esta como uma ameaça à liberdade econômica e política (ANDERSON, 1996, p. 9). Mais que isso, segundo Anderson (1996, p. 10), Hayek irá mais longe ao argumentar que a desigualdade econômica é um valor positivo e imprescindível, do ponto de vista do fortalecimento da

concorrência capitalista; de modo que o igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar social ia de encontro à vitalidade da concorrência e destruía a prosperidade de todos.

Assim, o neoliberalismo nasce contestando justamente um tipo de Estado cuja intervenção na economia foi decisiva para a consagração do **boom** do capitalismo entre 1945 e 1975. Por isso, pode-se dizer que realmente o neoliberalismo ficou no ostracismo até os anos 70, ou seja, até o esgotamento do modelo fordista de produção e de gestão do trabalho, apresentando-se agora como uma doutrina atual (FILGUEIRAS, 2000, p. 49).

Somente com a chegada da crise em 1973, quando as principais economias capitalistas caíram em uma longa e profunda recessão, combinando baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas de inflação, é que as idéias neoliberais ganharam terreno. O diagnóstico que se fez era o de que a crise era resultado do poder excessivo dos sindicatos, pois suas reivindicações salariais e de aumento de gastos sociais haviam corroído as bases da acumulação capitalista, ao destruírem os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearem processos inflacionários (ANDERSON, 1996, p. 10). Sob essa visão, o remédio, então, perpassava pela quebra de poder dos sindicatos; pela busca da estabilidade monetária, incluindo disciplina orçamentária, contenção de gastos sociais, retorno da taxa “natural” de desemprego etc.; e pela necessidade de reformas fiscais, reduzindo impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1996, p. 11).

Do ponto de vista de seus objetivos, o neoliberalismo obteve êxitos inegáveis nas principais economias avançadas, que foram as primeiras economias a implementarem políticas neoliberais, iniciando-se em 1979 na Inglaterra (com exceção do Chile, sob o regime ditatorial de Pinochet, que já antes de 1979 implantara um programa neoliberal). Segundo Anderson (1996, p. 15), os dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), à época, organização esta que já incluía as principais economias capitalistas, apontaram diminuição das taxas de inflação, recuperação das taxas de lucro, aumento das taxas de desemprego e do grau de desigualdade econômica, além da derrota do movimento sindical; contudo, e o que é mais importante, as taxas de crescimento econômico para a OCDE continuaram muito baixas, bem distantes das que caracterizaram o auge do capitalismo. Deste modo, a adoção das políticas

neoliberais pelos Estados nacionais não conseguiu, ao contrário do que se pensava (ou pelo menos que se dizia), recolocar as economias avançadas no ritmo de crescimento da “era de ouro” do capitalismo.

No caso do Brasil, diferentemente, ainda vivia-se um contexto de crescimento econômico, como resultado do chamado “milagre econômico” (68/73), bem como do IIº PND (74/76). Assim, enquanto as principais economias capitalistas passavam por um período de estagflação e ajustes estruturais, o Brasil estendia seu ciclo econômico até o final da década de 70 (FILGUEIRAS, 2000, p. 69).

Somente na década de 1980 é que a crise, por qual passaram as principais economias capitalistas na década de 70, abateu-se sobre a economia brasileira, chegando também ao Brasil os reflexos de dois choques no preço do petróleo (1973 e 1979) e da elevação da taxa de juros nos Estados Unidos em um momento de escassez de empréstimos internacionais. O Brasil, que se havia endividado muito na década de 70 (assim como muitos países da América Latina), tomando empréstimos com taxas de juros muito baixas, além dos elevados déficits comerciais já existentes, via crescer o montante de juros a ser pago em razão dos empréstimos já realizados (configurando o que ficou conhecido como a “crise da dívida externa”) (FILGUEIRAS, 2000, p.71).

Dado este contexto, o receituário neoliberal ia ser mais uma vez indicado, só que posto nos termos do Consenso de Washington realizado em 1989, com o objetivo de discutir o ajustamento estrutural das economias latino-americanas. Tal “Consenso”, em resumo, enfatizava a necessidade de uma rigorosa disciplina orçamentária, por meio da diminuição dos gastos públicos e da implementação de uma reforma tributária, ampliando, sobretudo, a base de incidência dos impostos; a estabilização monetária, com regime cambial centrado na dolarização direta, ou indireta, da economia, com sobrevalorização da moeda nacional e política monetária passiva; a liberalização comercial e financeira; e as privatizações e a desregulamentação das atividades econômicas, possibilitando uma maior participação de capitais estrangeiros, inclusive como meios de dar mais eficiência e competitividade às empresas nacionais (FILGUEIRAS, 2000, p. 95).

Como veremos mais adiante, a implementação de tais políticas, que conformam ao mesmo tempo uma opção de modelo econômico para o país (o qual continua sendo aplicado), teve resultados, em geral, negativos para a década de 1990. Tal modelo foi (e continua sendo) causador de fortes movimentos de recessão (com baixas taxas de crescimento do produto, bem distantes das taxas de crescimento observadas quando do “milagre econômico” brasileiro), sendo, ao mesmo tempo, fonte da desestruturação do mercado de trabalho urbano do Brasil.

3.1.2 A reestruturação produtiva

Representativa também desse novo contexto do capitalismo, e ao mesmo tempo surgindo como resposta ao ambiente de crise por qual passavam as principais economias capitalistas, a reestruturação produtiva é então datada já no início dos anos 70, consistindo em transformações estruturais no âmbito da produção e da gestão do trabalho.

Do ponto de vista da produção, expressa, a partir de uma ótica setorial, a reorganização, bem como reconversão de setores industriais, caracterizada por grandes investimentos em setores de ponta (informática, telecomunicações, química fina etc.), pela modernização de setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais, como o siderúrgico e o têxtil (MATTOSO; OLIVEIRA *apud*. FILGUEIRAS, 2000, p. 53). Já do ponto de vista do processo de trabalho, caracteriza-se pela modificação do paradigma tecnológico e organizacional: introduzindo, por um lado, novas tecnologias de base microeletrônica; e, por outro, novos padrões de gestão do trabalho. Ao mesmo tempo, acrescenta-se um processo de individualização das relações entre capital e trabalho, tendo como consequência o enfraquecimento dos sindicatos (FILGUEIRAS, 2000, p. 53).

Representa, também, (constituindo uma diferença fundamental em relação ao modelo fordista de produção que entrou em crise) a substituição da automação rígida de base eletromecânica (não programável) pela automação flexível de base microeletrônica (programável por meio da informatização). Tal avanço permite rápidas mudanças no processo produtivo através da reorientação das máquinas e equipamentos conforme a demanda e a instabilidade dos mercados,

os quais, inclusive, são próprios desse novo contexto do capitalismo (FILGUEIRAS, 2000, p. 54).

No Brasil, a reestruturação produtiva ganha força a partir de 1990, quando da abertura econômica iniciada no Governo Collor (1990-1992), com a adoção por parte das empresas nacionais de novas formas de gestão da produção. Nos anos seguintes, no contexto do Plano Real (1994), seria intensificada com a sobrevalorização do dólar e uma grande facilidade para a importação, caracterizando uma situação de forte concorrência externa para as empresas nacionais (FILGUEIRAS, 2000, p. 55). Assim, o processo de reestruturação produtiva será reforçado pela liberalização comercial, bem como pela política de estabilização do Plano Real, postas em prática no país em consonância com as diretrizes do Consenso de Washington.

Com efeito, a insistência em se adotar o receituário neoliberal, o que tem configurado ao mesmo tempo uma opção de inserção internacional (gerando baixas taxas de crescimento econômico e diminuindo o nível interno de consumo), agravada, sobretudo, por um novo momento de internacionalização da economia brasileira, propicia uma tendência à intensificação do processo de reestruturação produtiva. Tal processo, embora possa resultar, em certos casos, em aumento da produtividade, tem se caracterizado muito mais, no caso do Brasil, pela implementação de novas formas de gestão do trabalho e externalização de atividades (com vistas a diminuir custos) que pelo investimento em tecnologia.

3.1.3 O processo de “globalização”

Por fim, a explicitação do contexto atual do capitalismo completa-se com a caracterização do que seja o processo de “globalização”. Adiantando a discussão, e do ponto de vista estritamente econômico, caracteriza-se como um novo movimento de internacionalização dos mercados nacionais de bens e/ou serviços e financeiro, com participação crescente deste último; por outro lado, representa também uma nova etapa da acumulação capitalista, tendo como suporte o desenvolvimento e a difusão de tecnologias nos campos da informática, telecomunicações, eletroeletrônica, etc. É importante considerar, por outro lado, um outro aspecto normalmente associado ao fenômeno da “globalização”: a inexorabilidade. Tornou-se muito comum

argumentar que a “globalização” constitui um processo inevitável, ao qual todas as economias do globo, querendo ou não, devem conformar-se, de modo que até o próprio Estado nacional não teria condições de fazer frente a tal fenômeno.

Diferentemente do que o termo pode sugerir, ainda se está longe de uma economia global, com consumo de bens e serviços e difusão de tecnologias de modo uniforme pelo globo; pelo contrário, embora se intensifique o comércio internacional, existe ainda grande defasagem entre a qualidade das mercadorias consumidas nos países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento. Por outro ângulo, também se percebe que a implementação das novas tecnologias processa-se de uma forma que perpetua a desigualdade tecnológica existente entre as principais economias avançadas e as de inserção dita periférica, como a brasileira.

Para além disso, alguns acreditam que o termo “globalização” não possui suporte real, ou seja, não marca nada de realmente novo no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo mundial. Consiste apenas na retomada de processos interrompidos, de modo que há exageros em relação aos fatos que comprovariam tal fenômeno. Assim, na opinião de Batista Jr. (1998, p. 126),

[...] parece inegável que o grau de internacionalização econômica observado nas últimas duas ou três décadas tem precedentes históricos. Muitos dos fenômenos aduzidos para sugerir o advento de uma nova era constituem, na realidade, a retomada de processos e tendências bastante antigos.

Utilizando-se de estatísticas internacionais, tal autor conclui que o grau de integração da economia internacional é comparável, sendo em alguns aspectos até menor, ao observado no período anterior à 1ª Guerra Mundial (1914-1918). A participação do comércio exterior na produção mundial, por exemplo, só recuperou o nível alcançado em 1913 nos anos 70 (BATISTA Jr., 1998, p. 129). Quanto à dimensão financeira, ele argumenta, a partir de documentos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que os movimentos líquidos de capitais não apresentam hoje em dia o mesmo crescimento explosivo; sendo inclusive bastante modestos quando comparados ao PIB ou aos níveis registrados antes de 1914 (BATISTA Jr., 1998, p. 170).

O que seria, então, o fenômeno da “globalização” a partir dessa visão? Apenas ideologia. Segundo Batista Jr. (1998, p. 127), consiste em uma versão simplificada das tendências

econômicas internacionais, com o propósito, ou pelo menos o efeito, de desarmar as iniciativas nacionais e remover as resistências sociais e políticas em favor dos interesses econômico-financeiros dos setores e nações que comandam tal processo de internacionalização. Neste sentido, o fenômeno da “globalização” também não seria um processo inexorável, ao qual todas as economias devem convergir. Pelo contrário, seria não só a continuação de processos até então interrompidos, mas também, e sobretudo, uma ideologia que serve a interesses externos e que pode (conforme seja conveniente) servir como fuga da responsabilidade pelos rumos que se tem dado à economia local:

“Globalização” é um mito que exagera o peso e o alcance das forças econômicas de âmbito internacional. Os Estados nacionais, sobretudo nos países mais bem-sucedidos, não estão indefesos diante de processos econômicos “globais” incontrolláveis ou irresistíveis. Ao contrário do que sugere o fatalismo associado à ideologia da “globalização”, o desempenho das economias e o raio de manobra dos governos continuam a depender crucialmente de escolhas nacionais (BATISTA Jr., 1998, p. 182).

Outros autores, ao contrário, entendem que a economia mundial está passando, sim, por um processo de “globalização”, processo este que marca uma nova fase do capitalismo, caracterizada pelo aprofundamento da internacionalização dos mercados de bens e/ou serviços e financeiro. Segundo Coutinho (1992, p. 81), tal processo é, então, marcado pelos seguintes aspectos:

- Intensa e vigorosa interconexão entre os mercados cambiais, financeiros e de aplicações de tipo “portfolio”, promovidos por fluxos maciços e continuados de capitais (e juros) entre as principais praças financeiras do globo, sejam do tipo **off-shore** ou **on-shore** — o que tem resultado em um intenso processo de interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras das principais economias capitalistas, visualizado na prática, por exemplo, pela posição líquida “devedora” do grande capital americano em comparação com os seus competidores;
- Concretização, no plano produtivo, de oligopólios internacionais, mundiais ou, se se quiser, “globais” em várias indústrias importantes, nas quais a internacionalização competitiva das empresas americanas, européias, bem como japonesas já apontava, desde fins dos anos 70, para a concentração da concorrência mundial em algumas poucas empresas;

- Estruturação de sofisticadas redes globais informatizadas de gestão, **on-line**, dentro das empresas internacionais ou de empresas de alta tecnologia em processo de internacionalização, as quais permitam a implementação de várias formas de **sourcing** global: **sourcing** para suprimento de peças e componentes ou de matérias-primas, **sourcing** das preferências e das características dos mercados consumidores e **sourcing** de conhecimentos tecnológicos;

Estes aspectos são, então, fundamentais para a compreensão do que seja o processo de “globalização”. Por outro lado, embora o termo “globalização” possa ser utilizado como forma de expressar essa nova fase do capitalismo, demarcada pelos pontos citados acima, ainda assim, Coutinho (1992, p. 81) deixa também perpassar, quando da definição, a existência de uma dimensão ideológica para o fenômeno da “globalização”:

Deixando de lado qualquer sentido impreciso e vago — que, a pretexto da “crescente interdependência” e da “queda generalizada das barreiras econômicas”, propugna pela abertura irrestrita das economias nacionais aos fluxos de investimento, comércio e tecnologia —, pode-se entender a “globalização” como uma etapa de aprofundamento da internacionalização, ao longo dos anos 80 [...].(grifo nosso)

Observando tal definição, vê-se que a dimensão ideológica do fenômeno da “globalização” aparece aqui a partir da hipótese de que estaria havendo, na visão de alguns, uma “queda generalizada das barreiras econômicas”, de modo a impelir a abertura dos mercados nacionais aos fluxos internacionais, bem como pelo caráter “impreciso e vago”, no que se refere à discussão de tal processo. A “globalização”, desta forma, é tomada como um fenômeno implicitamente pouco discutido; mas, ao mesmo tempo, como um processo inexorável.

Nesse sentido, pode-se dizer que, embora existam processos que realmente põem o capitalismo em uma nova fase de acumulação, de modo a se poder falar em um processo “global” de interação das diversas economias, a “globalização” tem uma dimensão ideológica que a põe como inexorável, escondendo, ao mesmo tempo, interesses econômicos e os sujeitos que estão por trás desses interesses. Pode ainda, inclusive, ser utilizada nas diversas economias nacionais como forma de escapar das responsabilidades em relação ao desempenho da economia, já que é sempre posta como um processo inevitável. Entretanto, podem-se identificar plenamente,

segundo Druck (1999, p. 20), os sujeitos que estão por trás deste processo: as empresas oligopólicas e os bancos globais, os quais têm a proteção e o aval de instituições financeiras internacionais como o FMI e o BIRD.

3.1.4 Reflexos sobre o nível de emprego e o mercado de trabalho urbano

Os fenômenos acima explicitados (o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e o processo de globalização), considerando a forma que tomaram aqui no Brasil, têm se refletido negativamente sobre o mercado de trabalho urbano. A adoção das políticas neoliberais, por exemplo, marcada, sobretudo, pela implementação de dois planos de estabilização da economia nos anos de 1990 (Plano Collor e Plano Real), resultou em fortes movimentos de recessão, acarretando ainda, juntamente com o processo de reestruturação produtiva, o aumento do desemprego e da informalidade.

Esses fenômenos, principalmente o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, redefinem a estrutura do mercado de trabalho urbano do Brasil. Segundo Pochmann (1998, p. 130), por exemplo, o mercado de trabalho urbano do Brasil passou a apresentar dois “novos problemas”⁴ na década de 1990: a “desestruturação do mercado de trabalho” e um “novo desemprego estrutural”. As causas destes novos problemas, segundo o mesmo, foram os processos de reestruturação das empresas privadas; a natureza da reinserção externa brasileira; o modelo de ajuste do setor público; e as alterações da composição da demanda agregada.

O novo desemprego estrutural foi definido por ele como “[...] a geração de uma nova onda de desemprego estrutural”, decorrente do desenvolvimento da 3ª Revolução Industrial e Tecnológica, com três características principais: desemprego recorrente (referindo-se aos trabalhadores que estão freqüentemente na situação de desemprego), desemprego de reestruturação (relativo aos setores econômicos que passam por processos de reestruturação) e

⁴ Em oposição, têm-se os “velhos problemas”, os quais atingiam o mercado de trabalho até o final dos anos 80 e compreendiam duas dimensões: (a) permanência de problemas tradicionais de mercados de trabalho em economias periféricas, como taxas comprimidas de assalariamento, baixos salários, alta informalidade e elevado subemprego; (b) sinais de desemprego estrutural, como resultado da manutenção de um elevado excedente de força de trabalho, não absorvido pela modernização das forças produtivas.

desemprego de exclusão (caracterizado pela substituição de trabalhadores de mais de 50 anos por outros de menor faixa etária e mais escolarizados).

Já a desestruturação do mercado de trabalho foi caracterizada, por exemplo, por abranger fenômenos como o desassalariamento, entendido como a destruição de empregos assalariados, bem como pelo crescimento de ocupações não assalariadas, como o trabalho por conta-própria (POCHMANN, 1998, p. 123).

Com relação ao nível de emprego, a década de 1990 caracterizou-se, ao seu final, pela elevação da taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas. No que interessa a esta a parte do trabalho, basta citar o ocorrido em relação ao Brasil e à RMS. Com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Filgueiras (2000, p. 170), por exemplo, subdividiu a década passada em três momentos distintos, tanto para o Brasil como para a RMS, em relação às oscilações da taxa de desemprego:

- Em um primeiro momento, de 1989 a 1992, cujo período marcou ao mesmo tempo o Plano Collor, a abertura comercial e a implementação do processo reestruturação produtiva por parte das empresas, as taxas de desemprego foram crescentes: de 3,35% para 5,8%, no caso do Brasil, e de 4,37% para 7%, na RMS.
- De 1993 a 1995, com a retomada do crescimento econômico em 1993 e a implantação do Plano Real em 1994, as taxas de desemprego se reduziram: de 5,8% para 4,64%, a nível nacional, e de 7% para 6,72%, no caso da RMS.
- Por fim, o período de 1995-1998 marcou novamente a elevação das taxas de desemprego, as quais passaram de 4,64% para 7,59%, no Brasil, sobretudo como consequência da política econômica orientada para conter a fuga de capitais, decorrente da crise da Ásia, e de 6,72% para 9,27%, na RMS.

Do ponto de vista das ocupações, também ficou evidenciado o quanto a dinâmica capitalista recente é capaz de influenciar o mercado de trabalho e a estrutura produtiva, a julgar pelo

aumento do trabalho por conta-própria e do assalariamento sem registro. Borges e Filgueiras (1995, p. 33), por exemplo, considerando os períodos de 1989-1992, caracterizando-o pela queda da atividade econômica, e de 1993 a junho de 1995, afetado pelo Plano Real, concluíram que, embora a recuperação da atividade econômica (decorrente da implementação do Plano Real) fosse relevante de modo a influenciar o crescimento do pessoal ocupado na RMS à época, ela não foi capaz de permitir a retomada do crescimento do emprego com carteira assinada que havia decaído durante a recessão, de modo que a recuperação do pessoal ocupado na RMS se deveu ao crescimento do emprego sem carteira assinada e do trabalho por conta-própria.

Assim, tanto o crescimento do emprego sem carteira assinada como o do segmento conta-própria refletem, na verdade, o processo de informalidade pelo qual vem passando não só o mercado de trabalho urbano da RMS, mas de todo o Brasil. Tal processo, também, conforme visto, está sendo fortemente influenciado pela dinâmica capitalista recente, principalmente pelo processo de reestruturação produtiva e pela aceitação e implementação de políticas neoliberais.

3.2 OSCILAÇÕES DAS OCUPAÇÕES AUTÔNOMA E ASSALARIADA SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA

Antes de apresentar qualquer tipo de consideração sobre o comportamento das formas de ocupação que são objetos de estudo, cabe colocar que o contexto atual do capitalismo tem resultado em um movimento de informalidade cujas atividades se diferenciam daquelas observadas quando da industrialização brasileira.

Considerando como se processou a industrialização aqui no Brasil, mais intensiva em capital que em mão-de-obra, para muitos trabalhadores que migraram do campo para a cidade e ficaram na condição de desempregados, a inserção em algum tipo de atividade informal constituiu-se como alternativa de sobrevivência. Naquele momento, então, o setor informal surgia (como em outros países subdesenvolvidos) em meio ao processo de crescimento das atividades modernas, como excedente da oferta de mão-de-obra (SOUZA, 1980, p. 129).

O contexto brasileiro atual, por outro lado, tem se caracterizado não pelo crescimento econômico elevado, mas sim por baixas taxas de crescimento do PIB e pela persistência de elevadas taxas de

desemprego nas metrópoles. Desta forma, formado o parque industrial, não tem sido mais possível para o setor industrial capitanear mais um forte movimento de geração de empregos que nem os observados nos de anos 1960 e 1970; pelo contrário, o que se observa é o crescente desemprego no setor formal da economia, sobretudo na Indústria. Segundo Silva (2003, p. 80), processa-se atualmente uma “nova informalidade”. Estes trabalhadores demitidos, por possuírem maior nível de escolaridade, experiências acumuladas ou conhecimentos adicionais, remodelam as atividades informais, ao modificarem antigas atividades ou introduzirem atividades criativas.

Nesse novo contexto, também, renova-se o papel exercido pelas atividades informais. Além de receberem os trabalhadores demitidos do setor formal da economia, passam a fazer parte do próprio ciclo produtivo das empresas capitalistas por causa da racionalização produtiva que nelas ocorre. Muito destes trabalhadores demitidos (com a experiência que possuem) acabam por gerir seus próprios negócios, muitas vezes prestando serviços a empresas (DEDECCA, 1997, p. 74). O desemprego, por outro lado, tende a impulsionar não só o crescimento das ocupações informais relacionadas com a prestação de serviços a empresas, mas também as ocupações de prestação de serviços ao público em geral.

Pode-se argumentar que essa “nova informalidade” marca também uma nova configuração urbana do ponto de vista da ocupação, já que, diferentemente do observado quando da industrialização brasileira, boa parcela da População Economicamente Ativa (PEA) urbana passa a estar inserida no espaço informal, cujas atividades, na prática, são muito heterogêneas.

A fonte de tal heterogeneidade reside nas diferenças existentes entre as diversas formas de ocupação para as quais o trabalhador tende a efetivamente recorrer, em muitas das vezes como estratégia de sobrevivência. Da mesma forma, as flutuações das ocupações que são objetos da pesquisa guardam aspectos que não são semelhantes, havendo em comum muito mais uma inter-relação com a situação de desemprego, a qual normalmente antecede a entrada na informalidade.

No que se refere às flutuações da ocupação assalariada sem carteira de trabalho assinada, por exemplo, ocupação que faz parte da economia submersa, do ponto de vista da ilegalidade, a atual

discussão sobre o crescimento da mesma remete, inicialmente, ao campo das leis trabalhistas, que são específicas a cada país⁵.

No Brasil, em um ambiente marcado pela abertura da economia e pelo aumento da concorrência, recorre-se ao argumento de que existe uma excessiva proteção ao trabalhador. Sob este argumento e como forma de escapar dos encargos sociais, que constituem direitos do empregado, resta às empresas, como solução, burlarem a legislação trabalhista. Além disto, podem as empresas recorrer ainda à terceirização, o que tem se tornado cada vez mais comum: externalizam determinadas atividades para contratá-las já como serviços de outra(s) empresa(s). Deste modo, diminuem suas folhas de pagamentos, ao se isentarem do pagamento de encargos sociais.

Afora esta questão da incompatibilidade das leis trabalhistas em relação a esse novo ambiente do capitalismo, entende-se também, como extensão deste argumento, que o Estado tem hesitado em intervir sobre o mercado de trabalho, ao não estabelecer novas condições institucionais que permitam às empresas contratarem e demitirem com custos mais baixos e de acordo com as oscilações da demanda pelos seus bens e/ou serviços.

Na verdade, a avaliação negativa que se faz da intervenção do Estado no mercado de trabalho não é de agora, pois, de acordo com Cacciamali (1991, p. 131), a expansão da economia submersa tem suas causas no nível da carga tributária e na moralidade fiscal do poder público, de modo que quanto maior a carga tributária e mais extensa e complexa a regulação, maior será a tendência de crescimento da economia submersa. Entretanto, a autora deixa claro também que, em momentos de retração econômica, quando as empresas passam a focar mais intensamente a diminuição de custos, aumentam substancialmente as tentativas de burlar a regulamentação do Estado.

Por outro lado, cabe colocar também que, do ponto de vista do trabalhador, não ter a carteira de trabalho assinada pode ser, ainda assim, uma situação muito confortável. Isto acontece porque, naturalmente, tal situação tende a ser sempre preferida em relação ao desemprego, de modo que

⁵ Em verdade, está se falando aqui, e a pesquisa trata especificamente, do assalariamento sem carteira assinada em empresas privadas. Assim, quando se trata aqui da ocupação assalariada sem carteira assinada, estão excluídos os trabalhadores assalariados das empresas públicas e aqueles que prestam serviço doméstico.

há, muitas vezes, uma confluência de interesses: o trabalhador aceita a condição de assalariado sem carteira assinada para sair da condição de desempregado; enquanto convém à empresa assim aceitá-lo em razão da diminuição de custos trabalhistas que terá, principalmente no caso da pequena empresa. Este comportamento do trabalhador, no entanto, deve ser posto como consequência de um ambiente econômico que o pressiona em direção ao assalariamento sem registro, principalmente na forma de assalariado sem carteira de trabalho assinada, seja em razão da sua desqualificação profissional ou por causa de o mercado de trabalho não sinalizar melhores perspectivas.

Dessa forma, a situação de desemprego, ao que parece, é fundamental para a compreensão das flutuações da ocupação assalariada sem carteira assinada, bem como a busca pela diminuição de custos trabalhistas por parte das empresas. Entretanto, cabe salientar que o desemprego tende a reduzir também a demanda da economia, em razão da queda da renda associada, de modo que pode vir a influenciar, negativamente, a ocupação assalariada sem carteira assinada. Mesmo que, na prática, isto só possa vir a ocorrer se, por exemplo, a demanda específica das empresas cujos trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada também se reduzir, ainda assim não deixa de ser um fator relevante. Desta forma, não se sabe qual dos mecanismos — o aumento da oferta de mão-de-obra ou a redução da demanda — será prevalecente, bem como em que momento será prevalecente, considerando que o desemprego seja realmente um aspecto determinante dos movimentos destas formas de ocupação.

Sabe-se, por outro lado, que a busca pela diminuição de custos trabalhistas por parte das empresas, política interna arrefecida agora em razão do aumento da concorrência, tende a pressionar o aumento do assalariamento sem carteira assinada. Mas cabe observar também que este mecanismo é em muito subjetivo e de difícil percepção, de modo que seria difícil também associar um determinado aumento da ocupação assalariada sem carteira assinada a este possível determinante.

Nesse sentido, torna-se difícil postular algum comportamento básico da ocupação assalariada sem carteira assinada quando há oscilações da atividade econômica. Isto mostra, na prática, a própria complexidade que envolve as relações entre as ocupações informais e formais da economia.

Deste modo, pode-se apenas sinalizar os aspectos, a princípio, relacionados com as flutuações das ocupações assalariadas sem carteira assinada, conforme visto acima: a crescente busca pela diminuição de custos trabalhistas por parte das empresas e o desemprego, que tende não só a aumentar a oferta de mão-de-obra, mas também reduzir a renda da economia.

No caso das flutuações das ocupações autônomas, pode-se recorrer ao conceito de setor informal, já que tal forma de ocupação está aí compreendida. Por meio da exposição da dinâmica do setor informal como um todo, poderemos entender como esta se dá no caso dos trabalhadores autônomos, mesmo reconhecendo a heterogeneidade que marca o setor informal⁶.

Como ponto de partida, entende-se que a composição do setor informal e seu nível de emprego decorrem da configuração e da dinâmica do processo de desenvolvimento econômico em andamento. Este processo é específico a cada local e deixa espaços econômicos em aberto, passíveis de serem explorados por organizações que requerem micro ou pequena escala de produção e uso intensivo de trabalho, de modo que as atividades informais reagem de forma subordinada ao movimento das empresas capitalistas (CACCIAMALI, 1994, p. 221).

Assim, o setor formal da economia (empresas tipicamente capitalistas) subordina o setor informal, destruindo e recriando as atividades deste último setor, que tende a se moldar, de forma dinâmica, aos espaços econômicos possíveis de serem explorados (CACCIAMALI, 1983, p. 24). Tal dinâmica do setor informal é efetivada por meio de determinados mecanismos, entre os quais estão os perfis de renda e demanda gerados pelas empresas capitalistas; bem como os movimentos da força de trabalho (CACCIAMALI, 1994, p. 221).

Cabe salientar, no entanto, que o setor informal não constitui uma simples drenagem de recursos do setor formal da economia; por outro lado, também, embora o setor informal seja continuamente destruído e recriado, sua relação com o setor formal guarda, ainda assim, aspectos de independência e concorrência (MENEZES, 2001, p. 11).

⁶ Cabe ressaltar, conforme adiantado anteriormente, que se fará uso do conceito de setor informal nesta parte do Trabalho, já que os estudos sobre a informalidade ainda se utilizam do mesmo, enquanto meio de agrupamento e mensuração de determinadas atividades econômicas que não são tipicamente capitalistas.

A ocupação autônoma, dessa forma, como ocupação representativa do setor informal que é, tende a oscilar de acordo com o movimento do setor formal da economia, na medida em que este também condiciona a compra dos bens e/ou serviços comercializados pelas atividades autônomas por meio do padrão de renda que gera. O movimento da ocupação autônoma perpassa, também, pelas dificuldades de (re)inserção enfrentadas por determinados trabalhadores, muitos destes ex-empregados no setor formal da economia; embora, para alguns, as expectativas de ganhos em determinadas atividades informais configurem um forte incentivo para se inserirem de forma autônoma na estrutura produtiva (CACCIAMALI, 1999, p. 2065).

Nesse sentido, não é possível afirmar que o trabalho autônomo está restrito apenas aos trabalhadores que apresentaram dificuldades de (re)inserção no mercado formal de trabalho. Ao contrário, além destes, é comum também encontrarmos trabalhadores cuja passagem para esta forma de ocupação decorreu de iniciativa própria.

Haveria de prevalecer para a ocupação autônoma, ainda assim, no que se refere as suas flutuações, o mesmo que se aplica ao setor informal. Segundo Cacciamali (1994, p.222), o desempenho do setor informal acompanha o ritmo da atividade econômica como um todo, apresentando um comportamento pró-ciclo econômico, com o ajuste, em períodos de recessão, sendo feito por meio da redução da renda média deste setor, reforçada ainda caso haja aumento do número de ocupados no mesmo⁷.

Cabe destacar, por outro lado, a observação de Barros (1997, p. 340) sobre a dinâmica do setor informal⁸. Segundo o mesmo, e diferentemente do exposto acima, o setor informal possui uma relação dúbia com os movimentos cíclicos da economia:

[...] há fatores que conduzem a um impacto **negativo** das flutuações do desemprego no setor informal, normalmente associados à demanda. [...] (mas) há também fatores que conduzem a um impacto **positivo** de variações do desemprego no setor informal. Estes

⁷ Embora tal ajuste não impeça que determinadas atividades do setor informal (inclusive atividades do segmento autônomo), em virtude de características específicas, como a existência de barreiras à entrada de novos concorrentes, tenham aumento de sua renda média, ao conquistar, no período de retração econômica, um tipo de demanda típica de empresas capitalistas (CACCIAMALI, 1994, p. 222).

⁸ Em sua pesquisa, o setor informal foi representado, para fins de análise, pelos segmentos “conta-própria” e “empregados sem carteira assinada”.

estão associados ao aumento da oferta de mão-de-obra para esse setor quando há aumento do desemprego.

Aqui, novamente, um período de recessão (ou o aumento do desemprego), por exemplo, pode seguir dois caminhos, em termos de efeitos sobre a ocupação no setor informal: pelo lado da demanda de bens e/ou serviços, que deve diminuir; ou pelo lado da oferta de mão-de-obra, que deve aumentar. A redução da demanda deve diminuir o emprego informal; mas o aumento da oferta de mão-de-obra deve aumentar o emprego informal.

Sob este ponto de vista, não se pode postular, unicamente, que a ocupação no setor informal deve acompanhar o mesmo sentido do movimento da economia em questão, conforme posto na análise anterior. Não se pode afirmar, também, deste modo, que a ocupação autônoma deve estar relacionada unicamente e de forma positiva com o movimento da economia. Como conclusão, como acontece com as ocupações assalariadas sem carteira assinada, não convém argumentar, de saída, de que forma as ocupações autônomas responderão às flutuações da atividade econômica, dado que estas flutuações podem tanto induzir ao aumento quanto à diminuição das formas autônomas de ocupação.

Assumir considerações sobre o comportamento das formas de ocupação em estudo não só poderia resultar, de saída, na desconsideração de toda a complexidade que envolve as flutuações das mesmas, mas também elevaria os objetivos da pesquisa a um ponto que não se pretende, pelo menos de modo central. Pretende-se, aqui, observar os movimentos das ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada frente aos da atividade econômica, de modo a se poder melhor entender as relações existentes entre estas ocupações e os movimentos da economia, dado que, conforme visto, o desemprego parece ser um fator fundamental no que se refere às oscilações das ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada.

Em outras palavras, baseando-se no referencial discutido, os dados sobre as ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada serão aqui utilizados no sentido de tentar clarificar as relações existentes entre as flutuações destas ocupações e os movimentos da atividade econômica, representados pelo movimento da taxa de desemprego, lembrando que o mesmo tende tanto a aumentar a oferta de mão-de-obra quanto diminuir a renda da economia.

Por outro lado, embora seja possível observar flutuações conjunturais nas ocupações informais, cabe deixar claro que a informalidade faz parte da estrutura do mercado de trabalho urbano do Brasil, pois há fatores que tornam a saída da informalidade bem mais difícil que a transição para mesma, como a perda de qualificação do trabalhador que ocorre com o passar dos anos na informalidade. De fato, não seria coerente pensar que todos os trabalhadores que hoje estão na informalidade, mesmo os mais qualificados, que fazem parte da “nova informalidade”, conseguirão retornar (caso queiram) ao mercado formal de trabalho, mesmo que a economia brasileira passe a apresentar taxas de crescimento econômico elevadas⁹.

⁹ Isso não impede, entretanto, que tal processo, por ser caracterizado como estrutural, não possa ser revertido pelo menos em parte. Embora o espaço econômico das atividades informais seja determinado pelas empresas tipicamente capitalistas; a conjuntura econômica, por outro lado, pode reverter ou reforçar o crescimento absoluto das ocupações informais.

4 CARACTERIZAÇÃO E FLUTUAÇÕES DAS OCUPAÇÕES AUTÔNOMA E ASSALARIADA SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA DA RMS

Neste capítulo serão expostos alguns dados sobre a ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador, e mais especificamente sobre as ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada. Os dados a serem utilizados são os da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), com dados iniciais em 1997 e finais em 2005, e permitirão apontar algumas características das ocupações autônoma e assalariada sem carteira de trabalho assinada.

Também serão analisadas as flutuações das ocupações informais em estudo, sendo que, neste caso, os dados cobrem o período 1997-2005. A taxa de desemprego¹⁰ da RMS será utilizada como representativa das oscilações da atividade econômica da dita metrópole, enquanto os segmentos ocupacionais “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada” representarão, respectivamente, as ocupações autônoma e assalariada sem carteira de trabalho assinada¹¹.

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS “AUTÔNOMO” E “ASSALARIADO PRIVADO SEM CARTEIRA ASSINADA”

A primeira tabela apresenta a distribuição dos ocupados da RMS por posição na ocupação. Com base no referencial discutido até aqui, os dados da PED sobre a ocupação total, para fins de análise, foram divididos em dois grandes grupos: setor formal e setor informal. Como vemos, o trabalho em ocupações informais representava, em 2005, quase metade das ocupações na RMS, embora se constata, e isto é importante, que a participação relativa da ocupação informal tenha diminuído de 49,5% para 45% ao longo dos oito anos que vão de 1997 a 2005, em uma variação negativa de 9,1%.

De fato, a participação relativa de todas as ocupações informais diminuiu, com exceção do segmento assalariado privado sem carteira assinada, com um crescimento de 6,5%. Já do lado

¹⁰ A taxa que será utilizada é a Taxa de Desemprego Total, a qual indica a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

¹¹ Cabe observar que as categorias de ocupação “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada”, elaboradas pela PED, são adequadas aos objetivos desta Pesquisa. Isto porque excluem, no caso da ocupação autônoma informal, os profissionais liberais. Já no caso do assalariamento sem carteira assinada, inclui apenas aqueles que estão empregados em empresas privadas.

ocupação formal, houve um crescimento de 26% da participação do segmento assalariado privado com carteira assinada, o que, mesmo considerando a presença maciça das ocupações informais na RMS, não deixa de ser uma boa notícia.

TABELA 1
Distribuição dos Ocupados segundo a Posição na Ocupação e Setores "Informal" e "Formal" da economia
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
1997/2005

Posição na Ocupação	Em porcentagem	
	Ano	
	1997	2005
Setor Informal	49,5	45,0
Autônomo	24,6	22,7
Para o público	19,7	19,0
Para a empresa	4,8	3,8
Dono de negócio familiar	1,2	0,7
Trabalhador familiar	2,2	0,7
Doméstico	10,8	9,4
Assalariado Privado sem C. Assinada	10,8	11,5
Setor Formal	50,5	55,0
Assalariado Privado com C. Assinada	29,2	36,8
Assalariado do Setor Público	16,1	13,4
Empregador	4,3	3,9
Outros (1)	0,9	0,8
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclui Profissional Universitário Autônomo, Empregados que prestam serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração e Empregados que recebem exclusivamente em espécie ou benefício.

Pode-se sugerir, embora os dados sobre o período 1997-2005 não estejam detalhados, que essa recuperação do assalariamento formal no setor privado da economia foi coerente com a própria mudança nos rumos da economia da RMS. Se o ano de 1997 está inserido em um período de elevação da taxa de desemprego, conforme visto no subcapítulo 3.1.4; a partir de 2004, como será visto mais adiante, a RMS passa a apresentar a recuperação da atividade econômica, permitindo, desta forma, o crescimento desta parte do assalariamento formal de trabalho.

A tabela 2 restringe a distribuição da ocupação ao universo do setor informal. O que se verificou para as ocupações informais da RMS no âmbito da ocupação total repete-se quase que integralmente no âmbito do setor informal da economia. A exceção é o movimento do segmento autônomo para o público, representativo do comércio de bens e/ou serviços voltados à população em geral, o qual, internamente já elevado no segmento autônomo, mostrou um crescimento de 5,5%. No mais, cabe observar que os segmentos autônomo e assalariado privado sem carteira assinada representavam 71,4% da ocupação informal já em 1997, passando a 76% em 2005, o que demonstra a preponderância destes dois segmentos informais sobre os outros.

TABELA 2
Distribuição dos Ocupados do "Setor Informal"
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
1997/2005

Posição na Ocupação	Em porcentagem	
	Ano	
	1997	2005
Autônomo	49,6	50,5
Para o público	39,9	42,1
Para a empresa	9,8	8,4
Dono de negócio familiar	2,3	1,5
Trabalhador familiar	4,4	1,6
Doméstico	21,8	20,9
Assalariado Privado sem C. Assinada	21,8	25,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Na tabela 3, o primeiro aspecto a apontar é o diferencial de rendimentos observado entre os segmentos ocupacionais. Mas este diferencial na média de rendimentos reais também pode ser posto com base na distinção entre setores informal e formal da economia da RMS, com o setor formal apresentando os maiores rendimentos médios reais.

Quando comparado com o segmento assalariado privado com carteira assinada e com o assalariado do setor público, vê-se que o rendimento do segmento autônomo representava 61,8% e 40,2% dos rendimentos dos outros dois, respectivamente, em 1997. Este diferencial de rendimentos, inclusive (que tende a ser mais elevado quando se adiciona os direitos trabalhistas

característicos do setor formal da economia), se intensificou em 2005, pelo menos na comparação com o segmento assalariado do setor público: a representação dos rendimentos dos trabalhadores autônomos sobre os outros segmentos passou de 61,8% a 58,4% na comparação com o segmento assalariado privado com carteira assinada e de 40,2% a 33,8% quando comparado com o assalariado do setor público.

TABELA 3
Média de Rendimentos Reais dos segmentos Autônomo, Assalariado do Setor Privado Sem Carteira Assinada, Assalariado do Setor Privado Com Carteira Assinada e Assalariado do Setor Público (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
1997/2005

Segmentos	Em Reais	
	Rendimento Médio Real (2)	
	1997	2005
Autônomo	595	464
Assalariado Privado sem C. Assinada	444	430
Assalariado Privado com C. Assinada	963	795
Assalariado do Setor Público	1479	1374

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Trabalhadores Autônomos e Assalariados que não tiveram remuneração no período.

(2) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2006.

A permanência dessa diferença de rendimentos pode ser explicada pela diminuição de 22% do rendimento médio real do segmento autônomo ao longo de 1997 a 2005. Esta diminuição foi também condizente com a tendência de queda da atividade econômica ocorrida pelo menos até 2003, captada pela elevação da taxa de desemprego da RMS. Isto mostra, inclusive, o quanto o segmento autônomo perde quando a economia da RMS enfrenta anos seguidos de recessão, já que a natureza destas atividades, em sua maioria voltada ao público, dificulta a manutenção dos rendimentos destes trabalhadores quando há queda da atividade econômica.

No caso do segmento assalariado privado sem carteira assinada, a representação do rendimento médio real deste sobre os segmentos formais da tabela mostra uma situação também desfavorável ao mesmo, embora, neste caso, diferentemente do segmento autônomo, o diferencial de rendimentos tenha diminuído. Pôde-se quantificar que o rendimento médio real do segmento

assalariado privado sem carteira assinada representava 46,1% do observado no segmento assalariado privado com carteira assinada, em 1997, passando a 54,1% em 2005. Na comparação com o segmento assalariado do setor público, os percentuais de representação dos rendimentos passaram de 30% a 31,3%.

Percebe-se, então, uma melhoria do rendimento médio real do segmento assalariado privado sem carteira assinada, pelo menos relativamente, a qual está associada ao fato da diminuição da média de rendimentos deste segmento ficar restrita a 3,15%. Por outro lado, como possuem uma menor média de rendimentos em relação aos outros segmentos, convém pensar na existência de mecanismos que impedem uma queda mais acentuada dos rendimentos destes trabalhadores, entre os quais a possível resistência dos mesmos frente a uma relação já caracterizada pela má qualidade do vínculo empregatício.

A tabela 4 também permite comparar os segmentos objetos da pesquisa com os segmentos assalariado privado com carteira assinada e assalariado do setor público, só que agora do ponto de vista das horas semanais trabalhadas em média. Aqui as mudanças não são tão intensas e, na prática, nenhum dos segmentos apresentou, em 2005, uma média de horas semanais trabalhadas que ultrapassasse 44 horas semanais de trabalho.

TABELA 4
Horas semanais trabalhadas em média pelos ocupados nos segmentos Autônomo, Assalariado Privado Sem Carteira Assinada, Assalariado Privado Com Carteira Assinada e Assalariado do Setor Público
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
1997/2005

Segmentos	Horas semanais (1)	
	1997	2005
Autônomo	41	41
Assalariado Privado sem C. Assinada	43	42
Assalariado Privado com C. Assinada	45	44
Assalariado do Setor Público	35	36

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Autônomos e Assalariados que não declararam horas trabalhadas ou declararam zero hora.

TABELA 5
Distribuição dos Trabalhadores Autônomos e Assalariados do Setor Privado Sem Carteira
Assinada segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
1997/2005

Atributos Pessoais	Em porcentagem			
	Segmentos			
	Autônomo		Assalariado privado sem C. Assinada	
	1997	2005	1997	2005
Sexo				
Masculino	58,5	58,9	66,1	59,4
Feminino	41,5	41,1	33,9	40,6
Cor				
Negra	82,6	88,4	83,9	86,7
Branca	17,3	11,6	16,1	13,3
Faixa Etária				
10 a 17 anos	6,8	3,1	14,7	6,6
18 a 24 anos	14,5	13,4	37,3	37,6
25 a 39 anos	40,3	37,0	33,7	38,4
40 a 59 anos	32,2	39,8	12,8	15,7
60 anos e mais	6,3	6,6	-	-
Grau de Instrução				
Analfabetos/S.E.(1)	8,8	5,1	-	-
1º Grau Incompleto	50,5	41,1	49,7	26,9
1º Grau Completo + 2º Grau Incompleto	15,5	19,3	18,8	21,2
2º Grau Completo + 3º Grau Incompleto	21,9	31,0	23,8	45,0
3º Grau Completo	3,3	3,4	-	5,1
Posição no Domicílio				
Chefe	47,8	51,7	29,3	30,6
Outros	52,2	48,3	70,7	69,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Analfabetos e Sem Escolaridade declarada.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A tabela 5 permite que sejam observadas algumas características das pessoas ocupadas nos segmentos autônomo e assalariado privado sem carteira assinada, conforme a distribuição destes em relação aos atributos pessoais.

Há de se destacar, nesta tabela, o crescimento de 19,8% da participação feminina no segmento assalariado privado sem carteira assinada, chegando ao total de 40,6% de participação em 2005 e tornando a estrutura deste segmento, no que se refere ao sexo, até mais próxima da observada no segmento autônomo.

No tocante à cor, o primeiro aspecto que logo vem da observação dos dados é a presença maciça de trabalhadores negros, tanto no segmento autônomo quanto no assalariado privado sem carteira assinada, chegando a 88,4% e 86,7%, respectivamente. Também, respectivamente, mas em oposição, percebe-se nitidamente a diminuição, no período considerado, da participação dos trabalhadores brancos nos dois segmentos: de -32,9%, no segmento autônomo, e de -17,4% no segmento assalariado privado sem carteira assinada.

Do ponto de vista da faixa etária, pode-se observar, no segmento autônomo, a predominância de pessoas de 25 a 59 anos (ao se somar dois intervalos), a ponto de estas representarem 76,8% da ocupação em 2005. Entretanto, é evidente também o crescimento da participação das faixas etárias mais elevadas, como o observado no intervalo 40 a 59 anos (com um crescimento de 23,6%), bem como no intervalo 60 anos e mais, cuja representação passou de 6,3% a 6,6% em 2005.

Algo semelhante acontece também no segmento assalariado privado sem carteira assinada, mesmo que em um nível menor de faixa etária. Embora as pessoas de 18 a 39 anos (somando-se também dois intervalos) representassem 76% da ocupação neste segmento em 2005, o crescimento da participação do intervalo 18 a 24 anos (que representava 37,6% da ocupação em 2005) foi de apenas 0,8%, enquanto, nos intervalos 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, foi de 13,9% e 22,7%, respectivamente.

Em relação ao grau instrução, observa-se a predominância dos atributos 1º grau incompleto e 2º grau completo + 3 grau incompleto. Em 2005, estes dois atributos respondiam por 72,1% da ocupação no segmento autônomo e por 71,9% no segmento assalariado privado sem carteira assinada. Entretanto, estes atributos apresentaram movimentos bem diferentes ao longo de 1997 a 2005. Enquanto se observa o crescimento do atributo 2º grau completo + 3 grau incompleto de 41,6% no segmento autônomo e de 89,1% no segmento assalariado privado sem carteira assinada; o atributo 1º grau incompleto apresentou retração nos dois segmentos em questão, de 18,6% e 45,9%, respectivamente. Outro ponto a destacar é a crescente participação do atributo 1º grau completo + 2º grau incompleto, chegando a representar 19,3% da ocupação no segmento autônomo e 21,2% no segmento assalariado privado sem carteira assinada em 2005.

Por último, a distribuição com base na posição no domicílio, que aponta um leve crescimento da participação de chefes de família quando se observa a distribuição interna de cada segmento informal em estudo; compensado, por outro lado, pela diminuição, também nos dois segmentos, da participação de outros membros da família. Veja, entretanto, que, no caso da distribuição interna do segmento autônomo, metade dos trabalhadores, em 2005, são chefes de família, os quais tendem a ser responsáveis diretos pela manutenção da renda familiar.

A tabela 6, a última deste subcapítulo, permite observar, ao longo de 1997 a 2005, o movimento dos trabalhadores autônomos por setores de atividade econômica na RMS, bem como o rendimento médio real recebido em cada setor da economia.

Cabe observar inicialmente dois aspectos: uma maior inserção dos trabalhadores autônomos nos setores comércio e serviços em 2005 e a queda do rendimento médio real dos trabalhadores autônomos em todos os setores da economia.

Os setores comércio e serviços, juntamente, representavam 79,3% da inserção dos trabalhadores autônomos em 2005. Entretanto, observe que, além do rendimento médio real, a participação dos trabalhadores autônomos no comércio decresceu de 1997 a 2005, com as taxas de retração ficando em -22,5%, no caso dos rendimentos, e -14%, no caso da ocupação. Já a análise interna do setor serviços permite observar que o aumento da inserção dos trabalhadores autônomos no mesmo ocorreu apenas nos serviços pessoais, com um aumento de 14,8%. Estes serviços,

entretanto, além de possuírem um nível de rendimento médio real que representava apenas 43,7% do observado nos serviços de produção em 2005, tiveram sua média de rendimentos diminuída em -27,3%.

TABELA 6
Distribuição Relativa dos Trabalhadores Autônomos e Média de Rendimentos (1) segundo
Sector de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
1997/2005

Setor de Atividade	Ano			
	1997		2005	
	Percentual	Rendimento Médio Real (2)	Percentual	Rendimento Médio Real (2)
Indústria de Transformação	4,4	813	5,4	519
Construção Civil	9,5	419	9,3	393
Comércio	27,2	510	23,4	395
Serviços	53,9	683	55,9	533
Serviços Produção (3)	27,5	896	25,6	773
Serviços Pessoais (4)	26,4	464	30,3	338
Outros	5,0	234	6,0	175

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Excluídos os Trabalhadores Autônomos que não tiveram remuneração no período.

(2) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2006.

(3) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Crédito e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.

(4) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

Por fim, o movimento da indústria de transformação, outro setor onde houve aumento da participação dos trabalhadores autônomos. Aqui o aumento da participação dos trabalhadores autônomos foi de 22,7%. Por outro lado, a queda de rendimentos ocorrida, de -36,2%, foi a maior entre todos os setores da economia da RMS.

Dessa forma, com base nos dados apresentados para o final de 2005, pode-se perceber a importância dos segmentos autônomo e assalariado privado sem carteira assinada na ocupação da

Região Metropolitana de Salvador, em razão do nível de participação destes na estrutura ocupacional. De fato, estes segmentos compõem a maior parte da ocupação informal (76%), bem como parte considerável da ocupação total da RMS (34,2%). Não à toa, abrigam, quando analisados estruturalmente, muitos chefes de família, principalmente no caso do segmento autônomo.

Esses trabalhadores, conforme observado no final de 2005, dividem-se quase que igualmente por sexo, mas são majoritariamente negros nos dois segmentos em estudo. Além disto, são mais velhos os inseridos no segmento autônomo (sendo 13,4% os que têm 18 a 24 anos e 39,8% os que têm de 40 a 59 anos), em relação aos que estão ocupados sem carteira assinada no setor privado (os quais correspondem a 37,6%, entre os que possuem de 18 a 24 anos, e 15,7%, entre aqueles que possuem 40 a 59 anos). Possuem também, em sua maioria, 1º grau incompleto e/ou 2º grau completo + 3º grau incompleto, sendo que o atributo 1º grau incompleto apresentou movimentos de queda de -18,6% e -45,9% nos respectivos segmentos citados ao longo de 1997 a 2005; enquanto o atributo 2º grau completo + 3º grau incompleto cresceu com taxas de 41,6% e 89,1%, também respectivamente.

São formas de ocupação, por outro lado, cujos rendimentos reais tendem a ser inferiores em relação aos rendimentos de segmentos formais, como o segmento assalariado privado com carteira assinada e o segmento assalariado do setor público. As médias de rendimentos médios reais dos segmentos autônomo e assalariado privado sem carteira assinada, conforme visto, não ultrapassam, quando muito, pouco mais de 50% dos rendimentos recebidos pelos segmentos considerados formais.

Assim, embora sejam ocupações que contribuem para a geração de renda de parte considerável de trabalhadores da RMS, o que, evidentemente, é bem melhor que a situação de desemprego, tendem a diminuir a qualidade da estrutura da ocupação da dita metrópole, na medida em que boa parte desta força de trabalho está ocupada em atividades e/ou relações de trabalho de menor nível de remuneração, além de não serem cobertas por direitos trabalhistas característicos das ocupações formais de trabalho.

4.2 FLUTUAÇÕES DOS SEGMENTOS “AUTÔNOMO” E “ASSALARIADO PRIVADO SEM CARTEIRA ASSINADA” FRENTE AO MOVIMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO

Passa-se agora a própria análise dos dados sobre as flutuações do segmento autônomo e assalariado privado sem carteira assinada ao longo do período 1997-2005, considerando a distribuição destes do ponto de vista da ocupação total. Com estes dados, espera-se poder avançar em relação às relações existentes entre estas formas de ocupação e o desemprego, anteriormente apontadas.

A tabela 7 mostra, além dos dados sobre a distribuição dos segmentos, as taxas de desemprego observadas para a RMS de 1997 a 2005. A análise do segmento autônomo levará, em consideração, a divisão interna deste, comparando o movimento de cada subsegmento com a taxa de desemprego, bem como será separada da análise do segmento assalariado privado sem carteira assinada. Como a exposição dos dados por meio de gráficos permite uma melhor visualização das tendências dos segmentos e da taxa de desemprego, os dados da tabela 7 estão também expostos nos gráficos seguintes.

De acordo com a tabela 7, pode-se observar que, de 1997 a 1999, houve queda da atividade econômica na RMS, pois a taxa de desemprego cresceu de 21,6% a 27,7%; por outro lado, o período 2003-2005, marcou a recuperação da atividade econômica, com a taxa de desemprego reduzindo-se de 28,0% a 24,4%. Já o período de 1999 a 2003, embora recessivo, registra movimentos alternados de recuperação e de queda da atividade econômica. Assim, têm-se dois movimentos muito claros (1997-1999 e 2003-2005) em relação às oscilações da atividade econômica da RMS, de modo que a partir deles, principalmente, poderemos analisar o comportamento dos segmentos autônomo e assalariado privado sem carteira assinada.

Autônomo

De 1997 a 1999, período em que a taxa de desemprego se elevou em 28,2%, marcando a queda da atividade econômica, a ocupação no segmento autônomo para o público decresceu em 3,6%, passando de 19,7% a 19,0%. Por outro lado, quando da recuperação econômica no período 2003-

2005, com a taxa de desemprego reduzindo-se em 12,9%, a ocupação autônoma em análise passou de 18,8% a 19,0%, elevando-se em 1,1%.

Essa análise, embora inicial, já permite observar que o segmento autônomo para o público, ao que parece, realmente sente as oscilações da atividade econômica da RMS, tanto na queda quanto na recuperação econômica. Além disto, embora o movimento deste segmento tenha seguido, a princípio, um mesmo tipo de sentido da atividade econômica, percebem-se alguns movimentos contrários quando se observa os períodos em destaque ano a ano.

Esse segmento decresceu, realmente, seguidamente, de 1997 a 1998 e de 1998 a 1999. Por outro lado, percebe-se também que tal redução não para ao longo do período 1999-2001, caindo quase que de forma independentemente do movimento da taxa de desemprego. Já no segundo período em análise, 2003-2005, embora a taxa de desemprego tenha se reduzido seguidamente, de 28,0% a 25,5%, e depois a 24,4%, a ocupação autônoma acompanhou o movimento de recuperação da economia apenas entre 2003 e 2004, reduzindo-se de 19,3% a 19,0% entre 2004 e 2005.

TABELA 7
Distribuições dos Segmentos Autônomo e Assalariado do Setor Privado Sem Carteira
Assinada comparadas com a Taxa de Desemprego
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
1997-2005

Variáveis	Em porcentagem								
	Ano								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Taxa de Desemprego	21,6	24,9	27,7	26,6	27,5	27,3	28,0	25,5	24,4
Autônomo	24,6	23,5	23,9	22,5	21,6	23,1	23,0	23,5	22,7
Para o público	19,7	19,3	19,0	18,1	17,8	18,9	18,8	19,3	19,0
Para a empresa	4,8	4,2	4,9	4,4	3,8	4,2	4,2	4,2	3,8
Assalariado Privado sem C. Assinada	10,8	11,0	11,3	12,1	11,9	11,8	11,7	11,6	11,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Assim, embora a economia da RMS continuasse se recuperando entre 2004 e 2005, o segmento autônomo para o público não acompanhou tal movimento da atividade econômica. Na realidade, conforme o gráfico 1, que apresenta os dados da tabela 7 por variações absolutas¹², constata-se que o segmento autônomo para o público também não se comportou de acordo com a atividade econômica entre 1999 e 2000, quando tal segmento apresentou uma variação de mesmo sentido da taxa de desemprego.

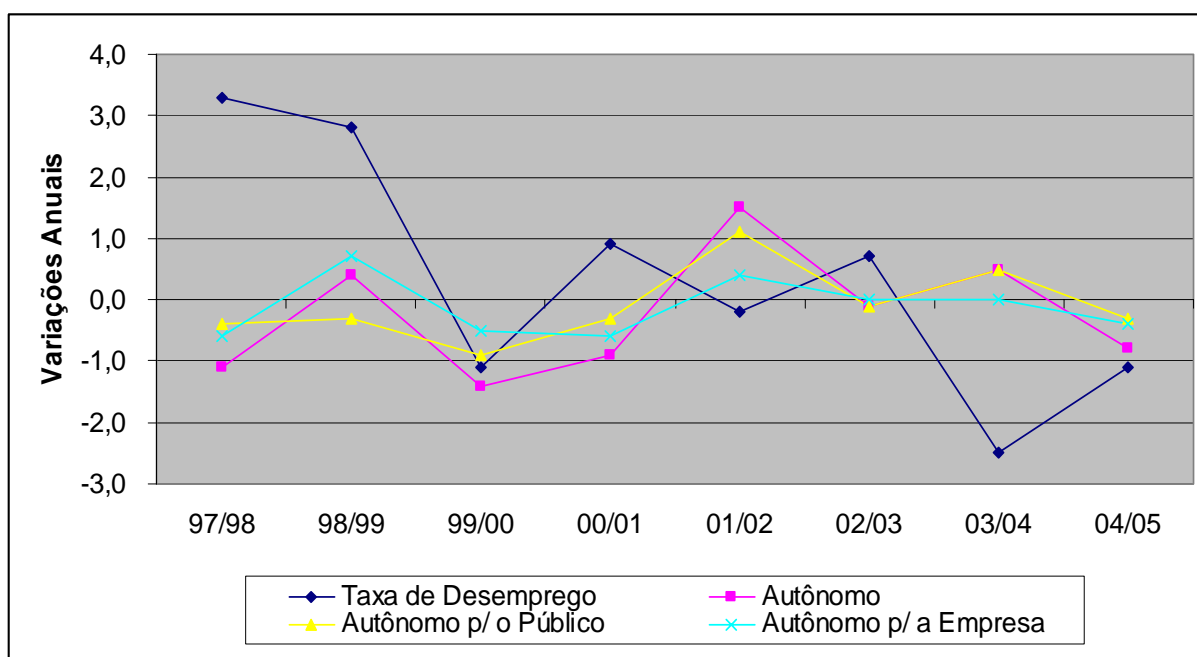


Gráfico 1 – Variações da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Autônomo

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS – SEI / SETRAS / UFBA / DIEESE / SEADE. 1997-2005

Por outro lado, em todos os outros períodos, o segmento autônomo para o público apresentou variações contrárias às da taxa de desemprego, de modo que o comportamento deste segmento tendeu mais em acompanhar o movimento da atividade econômica da RMS. Assim, como também pode ser observado no gráfico 2, a análise não só sugere que as flutuações destas atividades autônomas no período 1997-2005 estão realmente relacionadas com as oscilações da atividade econômica da RMS, mas também indicam, embora não fielmente, que este segmento

¹² Este gráfico, bem como o gráfico 3, logo adiante, foram elaborados com base nos dados da tabela 7, por meio da diminuição simples, ano a ano, das taxas de desemprego e das distribuições dos segmentos autônomo e assalariado privado sem carteira assinada.

tende a ser mais afetado pelo lado da demanda pelos seus bens e/ou serviços, já que tende a seguir tanto os movimentos de queda quanto de recuperação da economia.

No caso do autônomo para a empresa, a tabela 7 mostra que tal segmento flutuou em resposta ao movimento da taxa de desemprego da RMS no primeiro período tomado para análise, aumentando de 4,8% a 4,9% no período 1997-1999, sendo que este aumento não foi consecutivo ano a ano, pois diminuiu de 4,8% a 4,2% entre 1997 e 1998, antes de chegar a 4,9% em 1999. Da mesma forma, embora tal segmento tenha flutuado novamente na comparação com o movimento da taxa de desemprego, no segundo período em destaque na tabela, passando de 4,2% a 3,8%, não foi o que aconteceu entre 2003 e 2004, pois permaneceu estável em 4,2% neste período.

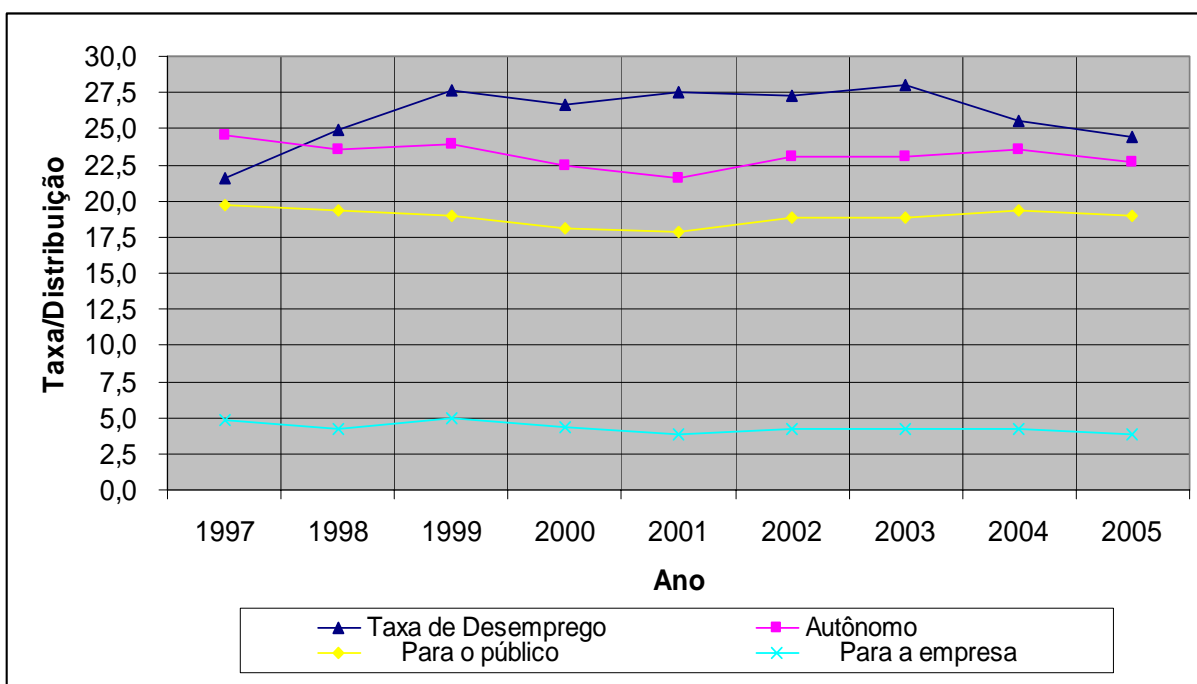


Gráfico 2 – Tendência da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Autônomo

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS – SEI / SETRAS / UFBA / DIEESE / SEADE. 1997-2005

Isso é atestado também pelo gráfico 1, que mostra que não houve variação do segmento autônomo para a empresa no período 2003/2004, mesmo com a taxa de desemprego oscilando em cerca de -2,5%. Neste caso, a análise vai de encontro ao que foi previamente discutido, como se

estas atividades autônomas não respondessem, necessariamente, às oscilações da atividade econômica da RMS. Ainda assim, acredita-se que não se pode argumentar que tais atividades são insensíveis ao movimento da atividade econômica. O que os dados permitem sugerir aqui é que esta relação não é tão direta quanto a observada no caso das atividades autônomas voltadas ao público, de modo que o segmento autônomo para a empresa tende a ser menos sensível às oscilações da atividade econômica.

No gráfico 2, por exemplo, pode-se perceber a flutuação do segmento autônomo para a empresa ao longo dos oito anos que vão de 1997 a 2005. Embora seja visto um período de estabilidade, já apontado, vê-se também que tal segmento, entre 1997 e 2001, oscilou timidamente, com tendência para baixo, de modo, inclusive, a ir de encontro ao movimento da taxa de desemprego. É justamente esta flutuação do segmento autônomo para a empresa, no período 1997-2001, bem como entre 2004 e 2005, que permite sugerir que realmente estas atividades autônomas também oscilam como resposta aos movimentos da atividade econômica, mesmo que de modo menos sensível.

Por outro lado, não se pode ir mais além e sugerir qualquer tipo de consideração sobre o comportamento do segmento autônomo para a empresa, já que ora parece ir de encontro ao movimento da taxa de desemprego (seguindo o movimento da atividade econômica da RMS), ora apresenta estabilidade. Ainda assim, cabe diferenciar o comportamento destas atividades autônomas do observado para o segmento autônomo para o público, diferença à qual, sugere-se, está relacionada à natureza destas atividades econômicas, a primeira voltada ao público (cuja tendência é de ser diretamente influenciada pela demanda pelos seus bens e/ou serviços), enquanto a segunda, de prestação de serviços a empresas, que tende a ser influenciada indiretamente, pela demanda específica das empresas às quais prestam serviços.

Assalariado Privado sem Carteira Assinada

No primeiro período em destaque na tabela 7, 1997-1999, enquanto a taxa de desemprego cresceu de 21,6% a 27,7%, este segmento apresentou continuamente taxas crescentes de ocupação, de 10,8% a 11,0%, e depois a 11,3%. No segundo período em análise, 2003-2005, também este

segmento respondeu às oscilações da atividade econômica, passando de 11,7% a 11,6%, e depois a 11,5%, enquanto a taxa de desemprego passara de 28,0% a 24,4%, entre 2003 e 2005.

Cabe atentar, inclusive, para o fato de que os movimentos do segmento assalariado privado sem carteira assinada, tanto de crescimento quanto de retração, atravessaram os dois períodos em análise. Como atesta ainda a tabela 7, este segmento cresceu de 1997 a 2000, e não só até 1999, bem como começou a decrescer já em 2001, antes do início do período 2003-2005.

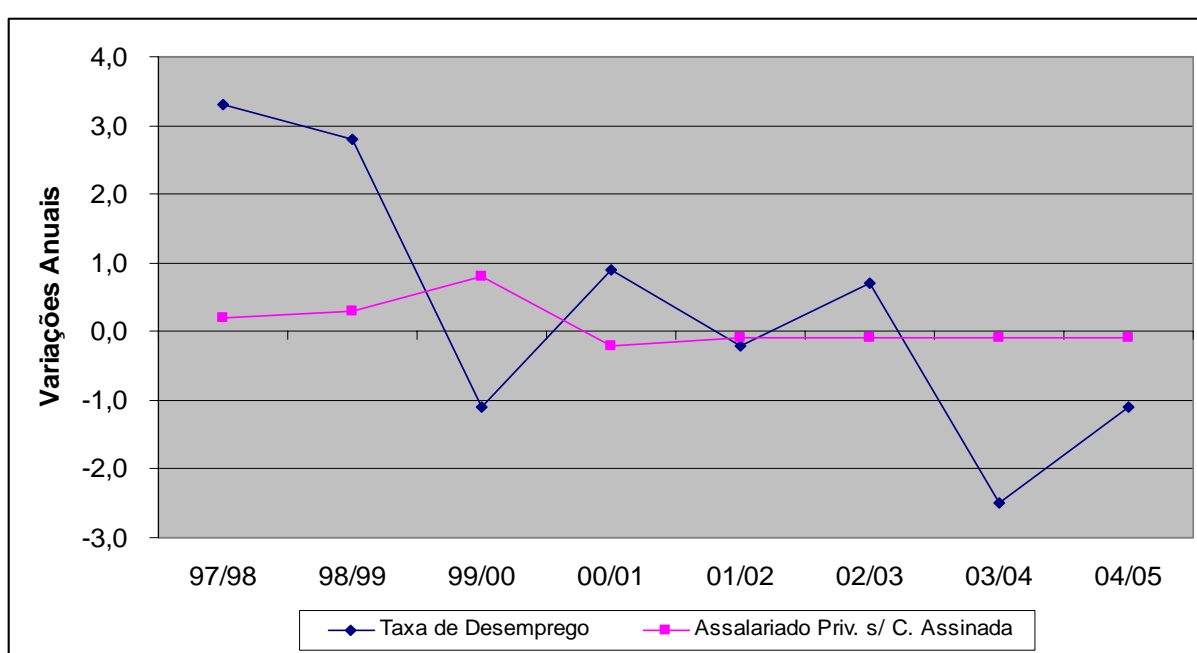


Gráfico 3 – Variações da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Assalariado Privado sem Carteira Assinada

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS – SEI / SETRAS / UFBA / DIEESE / SEADE. 1997-2005

Esses movimentos já permitem, de início, ilustrar a influência das oscilações da atividade econômica sobre as flutuações do segmento assalariado privado sem carteira assinada. Entretanto, esta relação não se mostra de modo tão firme como a observada para o segmento autônomo para o público, pelo menos é que se depreende da observação do gráfico 3. Percebe-se que, a partir de 2001-2002, as variações da ocupação neste segmento passam a ser bem pequenas, embora a

atividade econômica continuasse oscilando, conforme apontado pelo movimento da taxa de desemprego.

Tal comportamento do segmento assalariado privado sem carteira assinada, pode-se dizer, assemelha-se em parte ao observado para o segmento autônomo para a empresa, que também se mostrou menos sensível às oscilações da atividade econômica. Vale lembrar, inclusive, que estes segmentos, diferentemente do autônomo para o público, não estão voltados para a prestação de serviços diretamente à população, de modo que a tendência dos mesmos é de não serem fortemente influenciados pelas variações pelo lado da demanda.

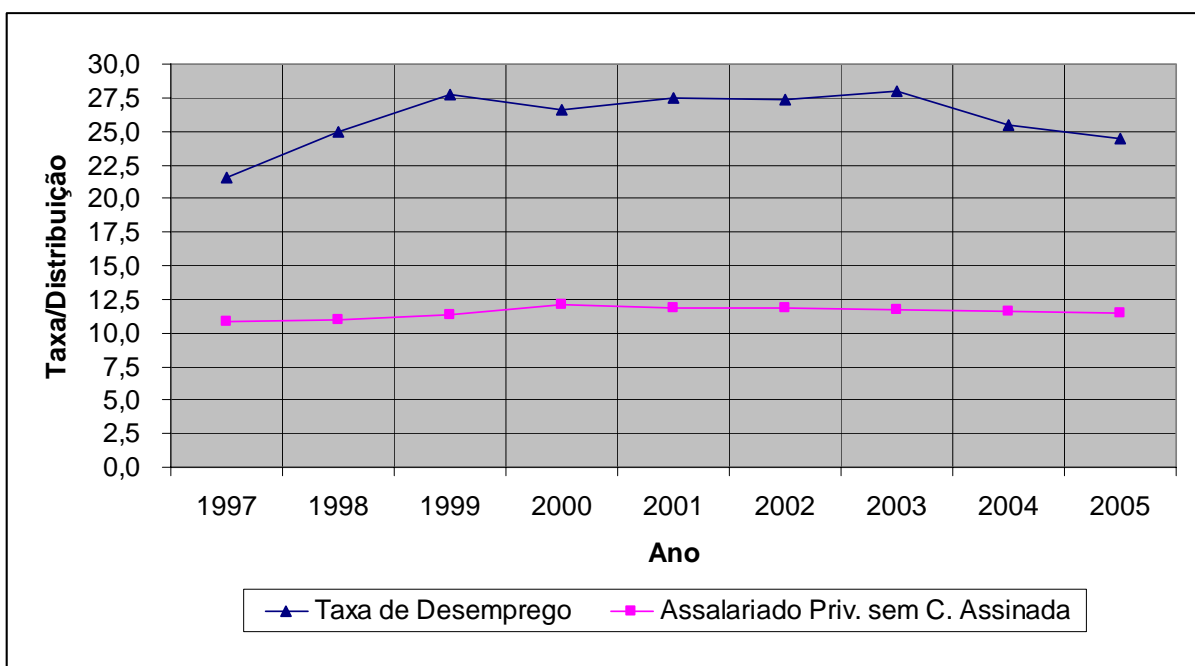


Gráfico 4 – Tendência da Taxa de Desemprego e da Distribuição do Segmento Assalariado Privado sem Carteira Assinada

Fonte: Dados retirados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS – SEI / SETRAS / UFBA / DIEESE / SEADE. 1997-2005

Outro aspecto do segmento assalariado privado sem carteira assinada que o assemelha ao segmento autônomo para a empresa é o sentido do seu movimento em relação ao da taxa de desemprego, pois também apresentou movimentos contraditórios ao longo dos oito anos que vão de 1997 a 2005. Mesmo que esta questão fizesse parte dos objetivos deste Trabalho, não se

poderia sugerir aqui, como também não foi feito no caso do segmento autônomo para a empresa, de que forma o segmento assalariado privado sem carteira assinada tende a se comportar quando há oscilações da atividade econômica. Isto porque, como se vê no gráfico 4, a ocupação neste segmento apresentou, a partir de 2001, tendência de redução mesmo quando a taxa de desemprego estava crescendo, contrariando a tendência observada para o período 1997-2000, de modo que inviabiliza também uma melhor caracterização do comportamento destas ocupações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho teve como objetivo estudar as ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada na Região Metropolitana de Salvador (RMS), do ponto de vista das suas características, bem como no que se refere às flutuações destas ocupações quando há oscilações da atividade econômica.

A fim de se chegar a tais objetivos, foram utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMS, no período 1997-2005, particularmente os das categorias ocupacionais “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada”, como segmentos representativos das ocupações em estudo. Em se tratando das ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada, introduziu-se a discussão com base nos estudos sobre a informalidade, mas tendo em vista a dinâmica capitalista atual — caracterizada pelo Neoliberalismo, pela Reestruturação Produtiva e pelo processo de “Globalização” — e seus efeitos sobre o mercado de trabalho urbano do Brasil e da dita metrópole.

O referencial discutido permitiu resumir os aspectos relacionados às flutuações destas ocupações, os quais estão centrados, fundamentalmente, na situação de desemprego e afetam os movimentos das ocupações em estudo por meio de dois mecanismos: pelo lado da demanda de bens e/ou serviços, que tende a diminuir a ocupação nestes segmentos; e/ou pelo lado da oferta de mão-de-obra, que tende a aumentar a ocupação.

Como complementação, então, ao estudo das flutuações das ocupações autônoma e assalariada sem carteira assinada, procurou-se analisar os dados sobre os segmentos “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada” no período 1997-2005 em comparação com a taxa de desemprego, de modo a, em confronto com o referencial discutido no Trabalho, melhor entender como se processam os movimentos destas ocupações. A análise dos dados permitiu confirmar a relevância do movimento da atividade econômica sobre as flutuações dos segmentos “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada”, a julgar pelo movimento da taxa de desemprego.

Especificamente, entretanto, considerando os movimentos destes segmentos ao longo do período 1997-2005, ficou evidenciada a diferença de comportamento entre o segmento autônomo para o público e o para a empresa, bem como aspectos em comum entre o segmento autônomo para a empresa e o assalariado privado sem carteira assinada. O segmento autônomo para o público mostrou-se mais sensível às oscilações da atividade econômica que os outros, onde se credita tal comportamento, aqui, à possível influência mais forte, sobre este segmento, da demanda pelos seus bens e/ou serviços, já que este segmento tendeu a acompanhar o movimento da atividade econômica.

Os segmentos autônomo para a empresa e assalariado privado sem carteira assinada, ao contrário, não só se mostraram menos sensíveis aos movimentos da taxa de desemprego, mas também apresentaram movimentos bem contraditórios ao longo do período 1997-2005, de modo que não se pode sugerir se é a demanda ou oferta de mão-de-obra o mecanismo mais determinante neste caso.

Além disso, em relação às características dos trabalhadores inseridos nos segmentos “autônomo” e “assalariado privado sem carteira assinada”, para o final de 2005, a análise dos dados apontou a divisão quase que igualitária por sexo, nos dois segmentos, bem como a presença majoritária dos negros, também nos dois segmentos pesquisados. São mais velhos os inseridos no segmento autônomo, em relação aos que estão ocupados sem carteira assinada no setor privado, bem como possuem, em sua maioria, tanto em um, como em outro, 1º grau incompleto e/ou 2º grau completo + 3º grau incompleto.

Os dados também apontaram que esses segmentos cumprem um importante papel no interior da ocupação informal, bem como no âmbito da ocupação total, já que abrigam parte considerável de trabalhadores da RMS. Por outro lado, as médias de rendimentos reais recebidas pelo segmento “autônomo”, bem como pelo segmento “assalariado privado sem carteira assinada” mostraram-se desfavoráveis a estes na comparação com os segmentos formais “assalariado privado com carteira assinada” e “assalariado do setor público”. Isto porque a média de rendimentos reais daqueles, quando muito, ultrapassaram 50% da média de rendimentos recebida no “segmento

assalariado privado com carteira assinada”, sendo mais baixas ainda quando comparadas com a média de rendimentos do segmento “assalariado do setor público”.

Assim, cabe colocar que muitas ocupações informais, embora permitam a retenção de um padrão de renda que garante a reprodução familiar, principalmente no caso das ocupações autônomas, a julgar pelo padrão de rendimentos que gera, não são substitutas adequadas das ocupações formais do mercado de trabalho. Desta forma, mesmo considerando a inexorabilidade da existência de espaços econômicos para estas atividades no ambiente capitalista e dando-se apoio às opções individuais de inserção, notadamente aquelas mais promissoras, deve-se direcionar a política econômica, bem como as políticas voltadas para o mercado de trabalho urbano no sentido de amenizar a dimensão ocupacional destas atividades informais.

Cabe sugerir também, como término deste Trabalho, novas pesquisas que visem correlacionar, por meio de métodos estatísticos e/ou econométricos, as relações de dependência entre os movimentos das ocupações informais aqui estudadas e as flutuações da taxa de desemprego, de modo a poder-se definir o comportamento básico destas ocupações, se pró-cíclico ou contra-cíclico. Entende-se que, desta forma, os resultados e as avaliações sobre a dinâmica destas ocupações informais serão mais significativos. Ademais, torna-se cada vez mais importante, considerando a permanência destas formas de ocupação e relações informais, separar as ocupações mais promissoras das mais inferiores, em termos, principalmente, do padrão de renda que gera.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). 3ª Ed. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARROS, Alexandre R. O setor informal e o desemprego na Região Metropolitana do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. especial, p. 337-361, jul./1997.

BATISTA Jr., Paulo N. Mitos da “globalização”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 125-186, jan./abr. 1998.

BORGES, Ângela. Trabalho e renda nos anos 90: novos horizontes de exclusão. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 76-87, dez./1993.

BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luiz A. M. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 30-36, dez./1995.

BRAGA, Thaiz. A ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador: uma análise das décadas de oitenta e noventa. **Emprego e Desemprego**, Salvador, n. 62, p. 55-77, 2003.

CACCIAMALI, Maria C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 121-143.

CACCIAMALI, Maria C. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 317-232, jan./1994.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de informalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1999. **Anais...** Belém: ANPEC, 1999, v. 3, p. 2059-2074.

CACCIAMALI, Maria C. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 12, n. 19, p. 5-42, 2001.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 69-87, ago./1992.

CUNHA, Paulo Viera. A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 29-46, jan./mar. 1979.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DRUCK, Maria da G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Salvador: EDUFBA/Boitempo Editorial, 271p., 1999, (Coleção Mundo do Trabalho).

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 294p., 2000.

FILGUEIRAS, Luiz A. M; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela F. do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, mai./ago. 2004.

MENEZES, Wilson F. **Relações formais e informais de trabalho: em busca de um conceito**. Salvador: UFBA/FCE/CME, 2001, 28p. (Textos para Discussão).

MENEZES, Wilson F. Uma análise estrutural do desemprego na Região Metropolitana de Salvador: 1997-2000. **Descaminhos no mercado de trabalho: transições ocupacionais e mobilidade social**, Salvador, 2002, (Série estudos e Pesquisas, nº 66).

POCHMANN, Márcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 119-137, 1998.

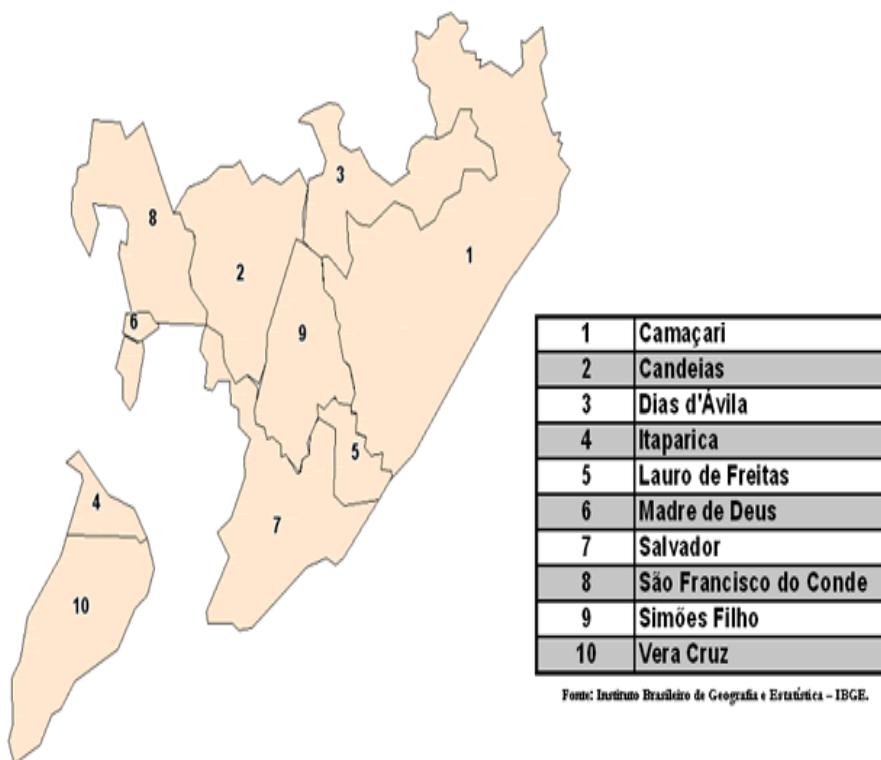
SILVA, Patrícia Pugliesi e. A nova informalidade na Região Metropolitana de Salvador. **Emprego e Desemprego**, Salvador, 2003, (Série Estudos e Pesquisas, n. 62).

SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo: Hucitec, 193p., 1980, (Economia e Planejamento).

ANEXOS

ANEXO A - Mapa da Região Metropolitana de Salvador (RMS)

Municípios da Região Metropolitana de Salvador



Disponível em: http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/saude/salvador.htm
Acesso em: 12 de maio de 2006.